

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

Boletim INCT Caleidoscópio - Edição #3 (Junho de 2025)

[Exibir esse e-mail no seu navegador](#)



INCT

Caleidoscópio

NESTA EDIÇÃO

Apresentação

Artigos

INCT Caleidoscópio - Nucleação Centro-Oeste: primeiros passos

Saberes em movimento - A rede Arandu

Relato de participação no Seminário Centro-oeste: Aldeia Meruri

Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal: relato das ações desenvolvidas no último semestre

Cooperação internacional para conhecer a política de enfrentamento às violências de gênero na Universidad de Buenos Aires (UBA-Argentina)

Tecendo Redes e Produzindo Conhecimento: Atividades do Observatório Caleidoscópio – Nucleação Sul/Sudeste

INCT Caleidoscópio participou do Primeiro Encontro Nacional De Criação da Rede de Observatórios sobre Mulheres

Conversas em Rede com Jaqueline

Gomes de Jesus: Falar de gênero, raça,

EXPEDIENTE

O Boletim do INCT Caleidoscópio tem periodicidade semestral e é construído de maneira colaborativa com o Observatório Sul-Sudeste, a Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal e o Caleidoscópio Enredado nas Escolas.

Editoras: Karla Bessa

Inara Fonseca

Curadoria: Silvia Lúcia Ferreira e Karla Bessa

Revisão: Cada autora realizou a revisão de seu próprio texto

Diagramação: Inara Fonseca

Acompanhamento do Fluxo Editorial e

Comunicação: Inara Fonseca

Financeiro: Adélia Vaz

Apoio Institucional: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ

Conselho Editorial:

Viviane de Melo Resende (Viviane Resende)

INCT Caleidoscópio. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília-DF | CEP 70910-900

APRESENTAÇÃO

Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e Suas Múltiplas Insurgências



Uma das sessões de GT do INCT Caleidoscópio no Fazendo Gênero de 2024 com participação de pesquisadoras do Comitê Executivo, Coordenação, pós-doutorandas e pesquisadoras nucleadas nas diversas regiões. Foto: Acervo do INCT Caleidoscópio.

Viviane Resende, UnB, vivianemelo@unb.br
Karla Bessa, Unicamp, kbessa@unicamp.br

Chegamos à metade do percurso do INCT Caleidoscópio com alegria e entusiasmo. São dois anos e meio de um projeto coletivo que vem se expandindo com força e imaginação crítica pelos quatro cantos do país. O Instituto de Estudos Avançados, que surgiu do desejo de enfrentar de

Nosso primeiro Encontro Nacional, realizado no final de 2024, reuniu pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil e de países como Argentina, Uruguai, Inglaterra e Espanha. Os Anais desse encontro testemunham a vitalidade dos debates e a densidade das experiências compartilhadas.

Conheça os trabalhos publicados nos anais do evento.

Com a criação do [Observatório Caleidoscópio](#), estruturado em coordenações regionais, temos avançado na produção de indicadores e na escuta qualificada de trajetórias e políticas que interpelam as estruturas de exclusão no ensino superior e na pesquisa. Após a implantação piloto no Sul-Sudeste, neste primeiro semestre de 2025 estamos organizando as coordenações do Centro-Oeste e da região Norte/Nordeste e Amazônia Legal. Entre as prioridades discutidas coletivamente pelas coordenações regionais, estão o aprofundamento da coleta de dados sobre a presença de quilombolas e indígenas nas universidades brasileiras, ainda escassos nas bases oficiais, e a construção de indicadores que articulem justiça climática, gênero e territorialidades. Esses movimentos reforçam o compromisso do Observatório com uma ciência diversa, interseccional e atenta às urgências do nosso tempo.

Além das ações regionais, o Observatório Caleidoscópio também esteve presente no Primeiro Encontro Nacional de Observatórios sobre Mulheres, realizado em março de 2025 e organizado pelo Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade (Egedi) da Fundação João Pinheiro. Representado por Margaret Lopes, Tchella Fernandes, Mirlene Simões e Flávia Belmont, o Observatório Caleidoscópio participou dos debates e contribuiu para a criação da Rede Nacional de Observatórios, que articula instituições vinculadas a universidades, ministérios, secretarias e casas legislativas. Como desdobramento, foi proposta a criação de um protocolo colaborativo para coleta de dados, um calendário de reuniões periódicas e um comitê gestor compartilhado. Essa articulação reforça o compromisso do INCT com a formulação de políticas públicas orientadas por evidências e comprometidas com a equidade de gênero.

O mesmo impulso organizativo orienta o trabalho das Incubadoras Sociais. Depois da implantação pioneira da Incubadora Feminista Antirracista Norte/Ne/AM Legal – voltada à presença, permanência e formação de mulheres quilombolas nas universidades –, estão sendo estruturadas novas iniciativas: no Centro-Oeste, com foco em mulheres indígenas nas ciências e com bolsistas indígenas; e na Unicamp, em parceria com estudantes negras e migrantes do ensino médio, por meio de um projeto que desenvolve uma inteligência artificial inspirada por uma ecossófia feminista.

Nesta edição do boletim, compartilhamos também relatos das atividades realizadas entre outubro de 2024 e maio de 2025 pelas três nucleações regionais. Um dos destaques é o depoimento de uma estudante indígena da UnB, que participou do 1º Seminário Regional de Consulta do projeto

INCT-Caleidoscópio, que tem atuado na produção de metodologias participativas, na elaboração de relatórios de direitos humanos e na escuta ativa de lideranças e coletivos indígenas LGBTQIA+. Entre as ações recentes da Rede, destacam-se também sua participação no programa Bem Viver + e no Acampamento Terra Livre (ATL), fortalecendo as vozes indígenas nos debates sobre justiça climática e políticas públicas interseccionais.

A seção de **Dicas Caleidoscópicas**, que no número anterior estava centrada em publicações, agora se amplia e traz sugestões de filmes, exposições, conferências e práticas que nos ajudam a imaginar e construir uma universidade/ciência plural, sensível e comprometida com a crítica à colonialidade do saber e do poder.

Nesta edição inauguramos o momento **Conversas em Rede** com a convidada Jaqueline Gomes de Jesus, nossa aliada desde a constituição da Rede de Pesquisa Feminista, Transfeminista, Antirracista, Interdisciplinar e Decolonial e que esteve conosco na inauguração da nossa sede em Brasília. Jaqueline é graduada, mestre e doutora em psicologia, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora e escritora e se tornou a primeira mulher trans a receber o Prêmio Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal a mulheres que se destacam na luta pela igualdade de gênero. Quem animou a conversa foi nossa pós-doc Inara Fonseca, uma das editoras deste Boletim. Nela, Jaqueline compartilha conosco um pouco de sua trajetória e visões de mundo.

Esperamos que o conteúdo aqui apresentado seja uma janela aberta para comunicação entre e além das nossas redes e para o compromisso ético-político que nos move. A cada boletim, oferecemos não apenas um registro de atividades, mas um convite para partilhar dos caminhos que temos traçado, caso se entusiasme em fazer parte de uma de nossas nucleações, [pode nos procurar](#).

Boa leitura!

Artigos

INCT Caleidoscópio - Nucleação Centro-Oeste: primeiros passos



Fachada da sede do INCT Caleidoscópico na UnB em Brasília. Foto: Viviane Resende.

Viviane de Melo Resende, UnB, vivianemelo@unb.br

Raylton Carlos de Lima Tavares, UnB, rayltoncarlos@gmail.com

Laisa Raquel Martins, UnB, laisarmr@gmail.com

Com missão de contribuir para redução das violências e desigualdades que marcam a vida das mulheres nas ciências, por meio de um observatório, três incubadoras sociais, uma linha de ação extensionista e uma política de comunicação científica feminista, o INCT Caleidoscópico: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências foi fundado em 2023.

O Observatório Caleidoscópico, com coordenações regionais Sul-Sudeste, Norte-Nordeste e Centro-Oeste, dedica-se à produção de indicadores do histórico da inserção de mulheres nas ciências e ao mapeamento de iniciativas exitosas nas universidades e institutos de pesquisa, incluindo vínculos entre trajetórias exemplares e políticas públicas. A nucleação Sul-Sudeste do INCT foi a primeira a implementar uma coordenação do Observatório e já entregou levantamentos de dados e realizou seminários e workshops, que são detalhados nas notícias na página do Observatório no site do INCT. O Observatório tem nucleado também a maior parte das iniciativas de comunicação do INCT.

As incubadoras sociais do INCT, em nucleações regionais Sul-Sudeste, Norte-Nordeste e Centro-Oeste, dedicam-se a apoiar projetos de jovens pesquisadoras, fomentando relações intergeracionais entre pesquisadoras em diferentes estágios de formação (do pós-doutorado ao ensino médio) e investindo em extensão universitária. Queremos favorecer o interesse das meninas do ensino médio pelo ensino superior, da graduação pela pós-graduação, e apoiar jovens recém doutoras com um ambiente seguro e estimulante para a realização de seus projetos de pesquisa. A nucleação Norte-Nordeste foi a primeira a implementar sua incubadora,

trajetórias educacionais de mulheres estudantes universitárias pertencentes a grupos minorizados, levando em consideração marcadores de gênero, raça, etnia e territorialidade.

Conforme previsto no plano de trabalho do INCT, no mês de abril de 2025 foram realizadas as oficinas de compartilhamento dos conhecimentos e práticas acumulados pela coordenação Sul-Sudeste do Observatório Caleidoscópio, por um lado, e pela Incubadora Norte-Nordeste do INCT, por outro, para a ampliação das duas iniciativas, chegando às três coordenações regionais do Instituto. E assim demos início, com coordenação na Universidade de Brasília, à instalação da Incubadora Centro-Oeste do INCT e da coordenação Centro-Oeste do Observatório Caleidoscópio.

A fim de conduzir a implantação da Incubadora e da coordenação do Observatório no Centro-Oeste de forma participativa com colegas feministas da região, convocamos reunião e elaboramos desde a coordenação um questionário para levantamento de interesses e vínculos das colegas. O questionário nos permitiu conhecer as principais temáticas de interesse desse grupo inicial da nucleação regional, e foi encaminhada pelas participantes a formação de Grupos Temáticos segundo os interesses pelos temas elencados na consulta.

Os temas listados buscaram relacionar a missão do INCT aos interesses de investigação e grupos de pesquisa já existentes na região, e com isso pretendemos lograr uma articulação orgânica para a emergência de uma nucleação que possa prosperar. Os temas foram: “Interseccionalidade e segregação urbana no acesso à educação média e superior”, com adesão de colegas da UnB, da UFG e da UFMS; “Desigualdades de gênero e sexualidade nos ambientes organizacionais das IES”, com presença de colegas das mesmas universidades mais a UEMS; “Maternidade na vida acadêmica”, com UnB, UFG, IFB e UFMS; “Histórias e memórias de mulheres: educação e visibilidade”, a que aderiram colegas da UnB, da UEMS, da UFMS, da UFG e do IFB; “Saúde das mulheres nas IES”, articulando pesquisadoras da UFG e da UnB; “Interseccionalidade, violência e assédio nas IES”, grupo restrito a pesquisadoras da UnB no momento; “Letramento racial nas escolas e IES”, congregando UFG, IFB e UnB; “Direitos de povos indígenas e tradicionais, interseccionalidade e acesso às IES”, com colegas da UEMS e da UnB; e “Privação de liberdade e acesso a políticas educacionais”, de que participam UnB, UFG e UFMT.

Como se nota, um desafio inicial da nucleação é atrair colegas de outras instituições na região, e para isso trabalhamos em cada coordenação de grupo temático. Para cada GT, pelo menos uma pesquisadora voluntariou-se a coordenar e, com auxílio da coordenação regional, começam a ser realizadas as reuniões dos grupos, com seus primeiros encaminhamentos. Quatro GTs já avançaram nesse sentido ainda durante o mês de maio.

Grupos Temáticos como estratégia de ramificação

desenhar ações conjuntas. Partimos do entendimento de que o trabalho pode ser melhor aproveitado quando realizado em grupos menores, com interesses e experiências em comum, de modo que as participantes possam contribuir com suas expertises e o aprendizado seja mútuo.

No dia 6, reuniu-se o GT **Saúde das mulheres nas IES** com presença de Jacqueline Fiuza, Mariana Prandini, Silvia Badim. As participantes do GT idealizaram o desenvolvimento de um projeto de pesquisa conjunto, reunindo várias pesquisadoras de diferentes instituições do Centro-Oeste e diferentes estágios acadêmicos, procurando enredar pesquisadoras desde a iniciação científica até às sêniores. A sugestão inicial foi realizar um mapeamento de programas de promoção à saúde da mulher em IES do Centro-Oeste, gerando dados para o Observatório Caleidoscópio. O grupo ainda irá decidir sobre o instrumento de coleta de dados a ser utilizado, mas o primeiro passo será o levantamento bibliográfico de trabalhos escritos sobre o tema da saúde das mulheres em instituições de ensino superior.

No dia seguinte, 7 de maio, o GT **Direitos de povos indígenas e tradicionais, interseccionalidade e acesso às IES** reuniu Ela Wiecko, Flávia Belmont, Nanah Sanches, Tchella Maso e Viviane Resende. Os principais encaminhamentos foram o estabelecimento de contato com o Conselho Indigenista Missionário acerca de pesquisa que já vem realizando sobre violência contra pessoas indígenas em IES brasileiras, o convite a mais pessoas para integrar o GT, especialmente indígenas e pessoas de outros estados da região Centro-Oeste, a massiva divulgação das bolsas destinadas a mulheres indígenas com editais abertos no INCT; proposta de conversas com lideranças que atuam no grupo executivo federal e o estabelecimento de reuniões mensais fixas, com possibilidade de encontros adicionais conforme necessidade.

Em 8 de maio foi a vez de se reunir o GT **Histórias e memórias de mulheres: educação e visibilidade**, com presença de Adriana Kató, Dulceli Estacheski, Jacqueline Fiuza e Silvéria Sant. A reunião teve como foco a apresentação das trajetórias e temas de pesquisa das participantes, com destaque para temas como: corpos que menstruam, mulheres migrantes e trans, violência de gênero, suicídio, parteiras tradicionais, resistência negra e feminina, arte, transmigração, decolonialidade e história oral. Inspiradas por iniciativa já existente na UFMS, foi proposta a criação de um projeto de pesquisa e extensão regional, envolvendo toda a região Centro-Oeste para registrar e valorizar histórias e memórias de mulheres a partir de suas territorialidades, deslocamentos e experiências de vida. Outras possíveis atividades mencionadas foram rodas de conversa com mulheres de diferentes gerações e contextos (escolas, universidades, comunidades), produção de conteúdos diversos, como textos acadêmicos, podcasts e videocasts, com apoio de oficinas de capacitação audiovisual e criação de um repositório. Será elaborado um cronograma de trabalho do GT para as próximas agendas.

Subscribe

Past Issues

Translate ▾



GT Histórias e Memórias de Mulheres: Educação e Visibilidade. Imagem: Viviane Resende.

Por fim, o quarto GT que já realizou sua primeira reunião foi o GT “Letramento racial nas escolas e IES”, que em 13 de maio deliberou pela mudança de nome do GT para **Tecnologias de Enfrentamento a Racismos em Escolas e IES**. Estiveram presentes Dayane Augusta Silva, Izabel Magalhães, Jacqueline Fiúza e Joana Plaza Pinto. Com objetivo iniciar o planejamento das ações do GT, refletiram sobre o caráter transversal da questão racial e a importância de se desenvolverem tecnologias sociais de enfrentamento ao racismo. Houve um consenso de que a abordagem interseccional entre raça, gênero e opressões coloniais deve guiar o trabalho do grupo. O grupo também discutiu a inclusão de bolsistas de graduação e ensino médio para colaborar em oficinas, ciclos de leitura e produção de conteúdo de comunicação científica comunitária (textos, vídeos, podcasts). Foi encaminhada a adaptação de projeto de oficinas colaborativas já experimentado na UFG e no IFG, além da realização de oficinas e ciclos de leitura; produção de conteúdos científicos e comunitários sobre o enfrentamento ao racismo; reuniões de transferência da experiência da UFG e IFG já citada.

Os demais grupos temáticos deverão se reunir em breve, e com os encaminhamentos propostos e a colaboração preciosa das coordenadoras de cada grupo, a Nucleação Centro-Oeste do INCT Caleidoscópio anima-se a integrar as iniciativas pioneiras das colegas das nucleações Norte-Nordeste e Sul-Sudeste.

Ações da nucleação junto a coletivos de indígenas LGBTQIAPN+

Os temas elencados em nossa nucleação baseiam-se não apenas nos objetivos e metas propostos no projeto do INCT Caleidoscópio, mas também nos interesses de pesquisa das pessoas que dela participam. Neste momento inicial da nucleação, queremos ressaltar as ações junto a coletivos de indígenas LGBTQIAPN+, sigla que se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias e outras identidades dissidentes.

LGBTQIA+, da Secretaria Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Realizado em 20 e 23 de fevereiro de 2025, na Aldeia Meruri, MT, o Seminário teve o objetivo primeiro de escutar indígenas LGBTQIAPN+, suas experiências e demandas. A partir disso, então, elaborar proposições para políticas públicas que levem em consideração a especificidade de indígenas LGBTQIAPN+ quando se trata de aspectos como territorialidade, empregabilidade, renda, saúde, educação etc. Nossa nucleação, por meio de suas pesquisadoras, esteve presente para apoiar o evento, “acompanhando e auxiliando nos processos de relatoria e na escuta ativa das demandas das comunidades, participando ativamente da construção desse processo consultivo desde o início” (INCT CALEIDOSCÓPIO, 2025).

Ainda no mesmo contexto do Seminário, a nucleação Centro-Oeste do INCT também atuou em sua segunda etapa, realizada na aldeia indígena Monguba, terra indígena Pitaguary, Ceará, nos dias 20 e 23 de março de 2025. Ficaram ainda mais evidentes nas discussões a saúde, a empregabilidade e a territorialidade, assuntos caros a indígenas nesse recorte.

Graças à participação no passo anterior, o papel da nucleação foi muito mais acentuado nesta segunda etapa. A Rede Arandu não só participou e ouviu as demandas, ficou responsável por elaborar um documento em que se relatem as discussões promovidas no seminário, o que pode ajudar a lograr a elaboração de políticas públicas para indígenas LGBTQIAPN+.

Em virtude da participação no Seminário Regional de Consulta, foi elaborado o curso de extensão Tecendo Relatos, Defendendo a Vida: formação em relatoria popular de direitos indígenas, em parceria com a Rede Arandu. O objetivo do curso é apoiar a produção de relatórios de direitos humanos que fortaleçam políticas públicas interseccionais e sensíveis às realidades dos territórios. Em modalidade online, a atividade, que ocorre enquanto escrevemos este texto (de 12 de maio a 29 de agosto deste ano), se divide em cinco encontros que discutirão fundamentos de uma relatoria de qualidade, princípios das políticas públicas, noções básicas sobre direitos humanos e dos povos indígenas e terminará com atividade prática de análise e elaboração coletiva de relatos. O público esperado são pessoas indígenas ou não, que participam do seminário regional.

Com a Arandu - Rede Colaborativa de Pesquisa: Povos Indígenas, Gênero e Sexualidade, o Brasília Research Center - Rede Earth System Governance, o Coletivo TYBYRA e o Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente (GERIMA-UFRGS), o INCT apoiou a cartilha [Pessoas indígenas LGBTQIAPN+ e a luta por justiça climática: Um lugar na mesa de negociação](#). Nesta cartilha, é ressaltada a importância de levar em consideração as experiências de gênero, sexualidade e territorialidade de indígenas quando da formulação de estratégias para o combate à crise climática no cenário brasileiro, especialmente por que neste ano o país sediará a COP30. Os temas desenvolvidos ao longo da cartilha são a relação entre os direitos humanos

Mais recentemente, ressaltamos atividades no Acampamento Terra Livre, que ocorreu em Brasília, de 7 a 11 de abril de 2025, em atos de diversidade que rememoraram indígenas LGBTQIAPN+ que foram mortas em razão de sua identidade de gênero e/ou sexualidade. Os atos buscaram não apenas lembrar, mas principalmente reafirmar a existência e a importância de pessoas indígenas nesse recorte. Além disso, a Rede Arandu escutou diversas pessoas indígenas e as questionou acerca do movimento indígena e suas realidades nos territórios, bem como suas percepções sobre o Acampamento Terra Livre. Essas interações foram gravadas em mais de quinze entrevistas que servirão de base para episódios de podcast do INCT Caleidoscópio.

Notamos que é necessário avançar nas relações com nossos pares na região, a fim de congregarmos pessoas interessadas em fazer pesquisa feminista sobre indicadores de violência e ações exitosas de instituições públicas de ensino, ou aquelas que já têm experiência nesse campo, de quem podemos aprender muito. Tentamos ultrapassar esse desafio incentivando as participantes a convidar outras colegas que teriam desejo em trabalhar conjuntamente, e assim estamos expandindo nosso alcance.

Ainda estamos no início de nossas atividades, mas acreditamos que as pequenas equipes, reunidas em Grupos Temáticos, são a chave para alcançar os objetivos que propusemos. Cada GT está trazendo suas contribuições à nucleação.

Por fim, devemos agradecer aos coletivos de indígenas LGBTQIAPN+ com os quais temos atuado. Certamente sua participação traz à nossa nucleação uma especificidade da relação gênero-sexualidade, que precisa ser explorada, assim como as outras nucleações fizeram com gênero-raça.

Referência bibliográfica

INCT CALEIDOSCÓPIO. *Seminário Regional de Consulta "Tecendo Direitos: Uma Estratégia*

Nacional para Indígenas LGBTQIA+" é realizado na Aldeia Meruri. Disponível em:

<https://www.caleidoscopio.unb.br/publicacoes/106-seminario-regional-de-consulta-tecendo-direitos-uma-estrategia-nacional-para-indigenas-lgbtqia-e-realizado-na-aldeia-meruri>. Acesso em: 17/05/2025

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

Viviane de Melo Resende é Coordenadora do INCT Caleidoscópio. Doutora em Linguística (Linguagem e Sociedade) pela Universidade de Brasília (UnB), professora associada do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP/UnB). É pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UnB). Coordenadora do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC/UnB) e vice-coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS/Ceam/UnB).



Raylton Carlos de Lima Tavares é Técnico do INCT Caleidoscópio. Doutorando em Linguística na Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche no Centre of Discourse Studies, na Espanha. Faz parte da Rede Discurso e Gênero, no âmbito da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED). Foi professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).



Laísa Raquel Martins é graduada em Secretariado Executivo, com especialidade em projetos institucionais, projetos de pesquisa e projetos de extensão.



Saberes em movimento - A rede Arandu



Logo da Rede Arandu. Imagem: Luiz Ricardo da Silva Oliveira.

Flávia Belmont, Rede Arandu, flabelmont@gmail.com
Sebastian Granda Henao, UFGD, danielhenao@ufgd.edu.br
Tchella Fernandes Maso, UNB/UFRR, tchellamaso@gmail.com

A ARANDU – Rede Colaborativa de Pesquisa Povos Indígenas, Gênero e Sexualidade surge em meados de 2024, a partir de um diálogo com a Coordenação de Política para Indígenas LGBTQIA+ do Ministério dos Povos Indígenas e tomando por base algumas discussões prévias do grupo de pesquisa Povos Indígenas e Política Global e do Núcleo de Pesquisa Gênero, Raça e Diferença na Política Internacional (NUGRAD), de onde vieram os primeiros colaboradores da Rede.

Com o propósito de fortalecer a construção de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, a Rede se estrutura sobre uma perspectiva interseccional e transversal, reconhecendo que gênero, sexualidade, raça e etnia se entrelaçam de maneira complexa nas vivências de pessoas e comunidades. Conectada ao INCT Caleidoscópio (Nucleação Centro-Oeste) e seus pilares estratégicos, a Arandu emerge como um espaço de produção de conhecimento enraizado nas necessidades expressas pelos povos indígenas, seus coletivos e instituições parceiras.

Em Guarani, Arandu significa sabedoria ancestral, um saber vivo que floresce no diálogo, na escuta e na troca entre mundos, tempos e corpos. Arandu é a junção de duas palavras: *ara* que é o tempo/espaço, sem divisões; e *ohendu* que é ouvir. Assim, o *Arandu* constituiria na sabedoria que se aprende ouvindo o tempo/espaço (explicação oferecida ao grupo pelo antropólogo e indigenista Diógenes Cariaga, membro também da Rede). É essa a filosofia que orienta a Rede: cultivar saberes compartilhados, enraizados nos corpos-territórios e profundamente conectados com a luta por futuros mais justos, plurais e comunitários.

Entre os meses de outubro de 2024 e abril de 2025, a Rede Arandu consolidou importantes frentes de atuação, fortalecendo diálogos intersetoriais entre políticas públicas, movimentos

No âmbito das políticas públicas para populações LGBTQIAPN+ indígenas, a Rede Arandu tem desenvolvido uma articulação fundamental junto ao Ministério dos Povos Indígenas e ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, contribuindo para a implementação do programa *Bem Viver +*. Este programa tem como objetivo promover o fortalecimento de coletivos e de defesa dos direitos humanos das diversidades sexuais e de gênero das águas, do campo e das florestas. O projeto atua no enfrentamento dos índices de violência e agressões contra a juventude indígena e de casos de suicídio decorrentes do assédio e violência psicológica, especialmente entre os Guarani e Kaiowa. A partir dessa articulação, a Rede Arandu se integrou aos esforços de efetivação do programa na região Cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul, destacando-se a parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados, onde iniciativas locais vêm sendo fortalecidas por meio do acompanhamento ao coletivo da Juventude Indígena da Diversidade Guarani e Kaiowa (JUIND) em atividades de apoio técnico e metodológico.



Oficina Bem Viver + na T.I. Rancho Jacaré, Caarapó-MS. Foto: Sebastian Granda Henao.

Entre as ações realizadas estão o acompanhamento de visitas interministeriais, escutas à população, apoio ao planejamento e execução de oficinas para o diagnóstico e a formulação estratégias de mitigação de violação de direitos, discriminação e saúde mental que atingem as pessoas indígenas LGBTQIA+ e suas comunidades.



Participação da JUIND no Bem Viver + na Escola Estadual Indígena Mbo'eroy Guarani Kaiowa, Amambai - MS.

Foto: Sebastian Granda Henao.

Paralelamente, a Rede se engajou na criação e consolidação do [programa *Tecendo Direitos*](#), uma ação interministerial liderada pelo Ministério dos Povos Indígenas, voltada para a proteção e a promoção dos direitos das populações indígenas LGBTQIAPN+. Desde o início do processo, a Arandu assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento da metodologia e pela organização dos grupos de trabalho, definindo as questões a serem abordadas e estruturando as relatorias das atividades. Até o momento, foram realizadas duas etapas regionais do *Tecendo Direitos*: [a primeira na Terra Indígena Merure](#), localizada no estado do Mato Grosso; e [a segunda no Ceará](#), na Terra Indígena Pitaguary, nos arredores de Fortaleza.

O [1º Seminário Regional de Consulta](#) etapa Centro-Oeste, do *Tecendo Direitos*: construindo uma estratégia nacional para indígenas LGBTQIA+, aconteceu entre os dias 20 e 23 de fevereiro de 2025. Nesta primeira etapa, membros da Rede estiveram presentes, apoiando na organização e na relatoria dos debates, sugestões e propostas formuladas coletivamente pelas pessoas indígenas. Após o Seminário, tais membros trouxeram reflexões sobre o Seminário em reuniões internas, o que possibilitou a organização do grupo para planejar formas de apoiar mais efetivamente a organização e a realização das etapas seguintes. O Seminário possibilitou encontros entre pessoas do movimento indígena LGBTQIAPN+ que já se conheciam virtualmente e entre pessoas que ainda não se conheciam, promovendo redes e plantando sementes. Algumas lideranças locais e mulheres indígenas cis-heterossexuais especialmente respeitadas na comunidade também marcaram presença, simbolizando a abertura ao diálogo de parte da comunidade Boé-Bororo que habita a aldeia Meruri ao demonstrar interesse em conhecer e interagir com as pessoas LGBTQIAPN+ participantes do evento.



Tecendo Direitos: Construindo uma Estratégia Nacional para Indígenas LGBTQIA+. Etapa Centro-Oeste. Foto: Niotxaru Pataxó e Ramona Jucá.

Já a [etapa regional Nordeste do Seminário](#) foi realizada entre os dias 20 e 23 de março, na aldeia Monguba. Pesquisadoras da Arandu fizeram a relatoria oficial do encontro e também apoiaram o desenvolvimento da metodologia aplicada no seminário, em que as discussões se organizaram em torno de temas considerados prioritários: Saúde; Educação; Cultura, Território e Segurança; e Empregabilidade e Renda. Essa participação é resultado de uma colaboração sólida entre a Coordenação de Política para Indígenas LGBTQIA+ do MPI e pesquisadoras associadas ao INCT Caleidoscópio, sediado na Universidade de Brasília.



A participação no evento representou uma valiosa oportunidade de aprendizado para os membros da Rede, que puderam escutar e registrar, de forma direta, as demandas e perspectivas dos/das/des participantes, ampliando sua compreensão e aperfeiçoando suas estratégias de atuação em essa região do país. A próxima etapa está prevista para ocorrer em Porto Alegre, com o apoio de integrantes da Rede, que já vêm organizando a atividade junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O INCT Caleidoscópio apoiará na produção de um relatório analítico, no qual serão sistematizadas as reflexões, contribuições e propostas apresentadas ao longo dos Seminários, que ainda ocorrerão em diferentes regiões (Sul, Sudeste e Norte) e biomas. Esse documento terá um papel estratégico na formulação de políticas públicas nacionais direcionadas à garantia e à promoção dos direitos da população indígena LGBTQIAPN+.

Outro momento relevante foi a participação da Rede Arandu nas atividades do [Acampamento Terra Livre \(ATL\)](#), a principal e maior mobilização das organizações e movimentos indígenas no Brasil, que ocorreu nos dias 7 a 11 de abril de 2025 em Brasília. No ATL, contribuimos com a relatoria das discussões sobre as pautas indígenas LGBTQIAPN+ e atendemos uma demanda emergente do movimento: a criação de uma cartilha sobre indígenas LGBTQIAPN+ e as negociações climáticas nas COPs ([disponível aqui](#)). A cartilha, desenvolvida de maneira colaborativa junto ao Coletivo Tybyra, o *Brasília Research Center - Rede Earth System Governance* e o Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente (GERIMA-UFRGS), visa informar e fortalecer o protagonismo de indígenas LGBTQIAPN+ nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas, em preparação para a COP 30.



Plenária Indígenas LGBTQIAPN+. Foto: Sebastian Granda Henao/ Alessandra Prates.

Além da participação colaborativa no ATL, durante os dias do evento a Rede também se fez presente na audiência do coletivo JUIND com a Secretária Nacional de Políticas para a População LGBTQIA+, Sra. Symmy Larrat, ocasião na qual foi reafirmada a atenção prioritária que o MDHC tem prestado às demandas e necessidades de enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia nos territórios Guarani e Kaiowa e o compromisso na defesa dos direitos humanos para essa população. Também estivemos presentes na sessão solene de [lançamento do manual do programa Bem Viver +](#) e acompanhamos a comitiva da JUIND na reunião junto ao Ministério das Comunicações em que foi oficializada a entrega de 60 computadores para os territórios em que o coletivo atua, ademais da apresentação de demandas por infraestrutura, conectividade e redes de telefonia móvel e de internet nos territórios.



Arandu no lançamento do Bem Viver +. Foto: Sebastian Granda Henao/ Alessandra Prates.

A consolidação dessas frentes impulsionou a organização de um *Curso de Relatoria Popular de Direitos Indígenas*, com início previsto para maio de 2025. O curso tem como objetivo capacitar lideranças indígenas, especialmente LGBTQIAPN+, para atuarem em processos de documentação e denúncia de violações de direitos, com foco em metodologias críticas e descoloniais. Os encontros serão realizados mensalmente até agosto de 2025, preparando relatores para as próximas etapas do *Tecendo Direitos*, cuja fase final está marcada para ocorrer em Alter do Chão, em agosto.

Ainda, a Rede está organizando um ciclo de palestras e mesas redondas online, a ser transmitido através do [Youtube do INCT Caleidoscópio](#), intitulado “Saberes Indígenas, Gênero e Sexualidade em Diálogo”, com o objetivo de compartilhar conhecimentos no tema para a comunidade acadêmica indígena, não-indígena e para a sociedade em geral.

Desde seu surgimento, a Rede Arandu expandiu suas ações e consolidou parcerias estratégicas, engajando mais de 50 pessoas em um trabalho colaborativo distribuído em diversas regiões do Brasil. A lógica do trabalho coletivo tem sido central para o fortalecimento das iniciativas, garantindo que as metodologias desenvolvidas reflitam as necessidades e os saberes dos territórios indígenas. Essa experiência reafirma o compromisso da Rede com a construção de práticas políticas emancipatórias, enraizadas no respeito à diversidade e na valorização dos saberes ancestrais.

Referências Bibliográficas

HILL COLLINS, Patricia. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2022.

LEYVA, Xochitl & SPEED, Shannon. “Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor” em

FLACSO Guatemala, 2008. pp. 34-59.

SEGATO, Rita Laura. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Ediciones Prometeo, 2013.

TUHIWAI SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.



Flávia Belmont é Doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Tem pesquisas e publicações especialmente em temas de gênero, sexualidade, raça e identidade, teorias queer, migrações e refúgio. Atualmente, é integrante da Rede Colaborativa de Pesquisa Arandu – Povos Indígenas, Gênero e Sexualidade, vinculada ao INCT Caleidoscópio UNB, onde faz pesquisa-ação.



Sebastián Granda Henao é migrante colombiano, residente no Brasil há 15 anos. Atualmente é professor visitante no programa de pós-graduação em Fronteiras e Direitos Humanos na UFGD. Doutor em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Membro da Rede Arandu e do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado. Sua pesquisa procura estabelecer nexos entre as reivindicações da diversidade e dissidência sexual e de gênero e as lutas por terra e território nos contextos de conflito socioambiental no Mato Grosso do Sul, especialmente junto ao coletivo Juventude Indígena da Diversidade das etnias Kaiowa e Guarani.



Tchella Maso é Pesquisadora e educadora feminista. Atualmente, é professora na Universidade de Brasília; doutora em Estudos Feministas e de Gênero pela Universidade do País Basco (UPV/EHU) e coordena a Rede “Povos Indígenas, Gênero e Sexualidades”. Sua pesquisa e atuação concentram-se em temas como feminismos, gênero, sexualidades, interseccionalidades, corpos, afetos, espiritualidades e pós-secularismo, com uma forte ênfase na análise crítica das dinâmicas de poder e agência no contexto da política global.



Meruri



Tecendo Direitos: Construindo uma Estratégia Nacional para Indígenas LGBTQIA+. Foto: Arquivo pessoal da autora.

Kiga, UFG, kiga_boe@discente.ufg.br

Pensei nesse texto como um meio de “treinar a memória” para escrita, visto que terei que realizar minha pesquisa e escrever uma tese de doutorado. A partir de algumas experiências que fizeram e fazem refletir sobre a minha pesquisa, decidi escrever esse pequeno texto e para que este trabalho seja usado futuramente. O texto é pensado e escrito a partir de um seminário que aconteceu na minha aldeia em Mato Grosso. Entre os dias 20 à 23 de fevereiro de 2025, aconteceu na aldeia Meruri, município de General Carneiro, estado de Mato Grosso, o 1º Seminário Regional de Consulta, etapa Centro-Oeste, do projeto Tecendo direitos: construindo uma estratégia nacional para indígenas

Precisamos falar sobre essas vivências outras que nos atravessam, a nossa luta não é a mesma. Visto que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQs no mundo, pelo 16º ano consecutivo em 2025, principalmente pessoas trans/travestis. Indígenas T, trans/travestis é como dizemos na língua do não indígena, mas em povos indígenas podem variar as nomenclaturas. A expectativa de vida dessas pessoas é de apenas 35 anos de idade, porque muitas são assassinadas, suicidadas ou morrem por complicações com hormônios ou cirurgias arriscadas. Mortes que não se enquadram muitas vezes em vidas de pessoas heterossexuais e cis gênero. Queremos ir e vir dentro de nossas aldeia

A partir da postura contracolonial de Antônio Bispo, reflito alguns momentos dessa escrita. Em “A terra dá, a terra quer”, o autor discorre sobre o cantar dos pássaros, que pode variar de acordo com cada ocasião. Se o dia será de sol, nublado ou de chuva. Da mesma forma, observava na minha aldeia, se os pássaros cantavam para dar boas-vindas ou se algo negativo poderia acontecer em breve. Na aldeia é mais fácil ouvir o canto dos pássaros e suas diferenças, durante o dia e a noite, dos galos ao amanhecer o dia, o latir dos cachorros em diferentes momentos. Temos a capacidade de perceber a diferença entre esses sons de acordo com nossa cosmologia tradicional. Essas observações me fazem pensar e refletir também sobre os seres humanos. Se a partir de seus comportamentos estão nos recebendo e acolhendo ou não. Em alguns casos, não falar nada também são respostas para diversas perguntas e isso é dizer muito sobre essas pessoas. Muitas vezes, os cantos dos pássaros não estão em mesma sintonia.

Inicialmente gostaria de agradecer a tudo que nos rege e protege. Como poderia eu, na minha infância e adolescência imaginar que ajudaria a realizar um seminário sobre gênero e sexualidade em contexto indígena na aldeia Meruri/MT. Justamente na minha aldeia e na escola que estudei, onde enfrentei dificuldades em relação a minha orientação sexual e identidade de gênero naquele período. Sem poder ser eu de verdade. Volto agora, de cabeça erguida, sendo quem eu realmente sou e mostrando que podemos alcançar nossos objetivos. Há

somos. Não queremos que os nossos povos ou outros povos que chamamos de “parentes”, nos tratem como o não indígena, como o branco. Com olhares preconceituosos, comportamentos discriminatórios, se não, é um sinal de que ainda estamos sendo colonizados.

Importante agradecer as pessoas da minha comunidade que aceitaram essa atividade, acredito que ainda estamos em processo de construção para uma convivência mais harmônica e também aos que não agradamos, pois sabemos que o preconceito, a discriminação ainda existem. Mas é justamente essa não aceitação que nos move a lutar cada dia mais em busca de uma vida mais digna, respeitosa e em busca dos nossos direitos. A partir de então, nunca mais as Assembleias, Encontros, Seminários, ATL, etc, não terão as nossas cores, estaremos sempre presentes, então é melhor irem se acostumando. Agradeço todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente no seminário. Ao Danilo Tupinikim, do Coletivo Tybyra, que primeiro entrou em contato comigo e em seguida o Niotxarú Pataxó, Coordenador de políticas para Indígenas LGBTQIA+ do MPI. O cacique e liderança do TI Meruri, Osmar Rodrigues Aroenogwaijiwu, a diretora da Escola Sagrado Coração de Jesus, Adelina Ikuietaga, pela liberação dos espaços e a Andrya Kiga, secretária da escola, que esteve na infraestrutura. O companheiro de luta Erisvan Guajajara, da Mídia Indígena, que também há anos está à frente do movimento indígena, ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI), outros órgãos envolvidos, a equipe de cozinha e limpeza

ainda é considerada “recente” por parte da sociedade, mesmo que sempre existimos, antes mesmo do período colonial, de onde surgem essa negação a identidade de gênero e orientação dissidente, não cisgênero e não heterossexual. Como exemplo, trago TYBYRA. A primeira pessoa não heterossexual, possivelmente não cis, a morrer pelo que hoje chamamos de LGBT+fobia, registrado pela historiografia brasileira. A respeito desse nome, Juão Nyn pontua: Tybyra, indígena Tupinambá, executado por sodomia por soldados franceses preso à boca de um canhão em São Luís do Maranhão no ano de 1614 (2020, p. 05).

Acredito que foi um momento muito importante para nós enquanto “indígenas LGBTs” (as aspas correspondem a várias formas de identificação entre diferentes povos indígenas e em alguns casos, nem se identificam como indígenas lgfts, havendo outros termos tradicionais), momento de reflexão por tudo o que foi e está sendo construído até agora. E o que podemos esperar para o nosso futuro e o futuro das próximas gerações de indígenas LGBTs. O que está se construindo é também para que pessoas que não fazem parte da comunidade LGBT, nos entendam mais e consigam consequentemente, respeitar. Queremos enquanto pessoas LGBTs nos sentir bem, confortáveis entre pessoas heterossexuais e cis gêneros, não ficarmos somente na nossa bolha com pessoas do mesmo grupo social.

Pensar no contexto indígena, onde nós sejamos incluídas, que possamos caminhar junto das bases e lideranças em busca de

O seminário foi importante não somente por uma questão de realização pessoal, mas também pelo lado profissional, visto que a pesquisa do meu doutorado é relacionada a essa temática, que me atravessa enquanto indígena e travesti. Valeu muito a pena esperar até às 02:30 horas da manhã, horário em que o ônibus encosta na escola e eu vejo pessoas fundamentais na luta pelos direitos indígenas LGBTs e para a construção de um futuro mais digno para nossa população, na minha aldeia. Algumas pessoas eu já conhecia pessoalmente e tive contato a partir de movimentos sociais, como ATL e ENEI. Pessoas que conhecia apenas pelas redes sociais, mas que já tive algum contato e pessoas que ainda não conhecia e tive o prazer de conhecer e ter muitas experiências e trocas positivas, apesar dos poucos dias de seminário. Fiquei muito feliz em ver que o que estamos construindo há alguns anos está se fortalecendo, apesar de todas as dificuldades. Inclusive, logo pela manhã do primeiro dia, os convidados do seminário ficaram sem o café da manhã como o planejado, porém, esses contratemplos não os desanimaram, pelo contrário, estavam muito empolgados com suas bandeiras, maracás, cores e cocares.

No primeiro dia de seminário, pela manhã, após a construção do espaço de realização do seminário e credenciamento, algo que me chamou atenção foi a apresentação cultural do povo Guarani/Kaiowá e Pataxó no território do povo Boe durante a abertura. Até então algo que não tinha acontecido, principalmente por não serem povos do estado de Mato Grosso. A apresentação de

educação, cultura, território, etc. Parece até hipocrisia, um grupo social estigmatizado pela sociedade, não aceitar que outro grupo social também estigmatizado queira reivindicar seus direitos e o direito à vida, as suas existências. Pois, também somos vítimas de um sistema que nos oprime, desde o processo de colonização, os mesmos que atacaram e atacam os indígenas, nos atacam, nos oprimem e de forma duplicada. Precisamos deixar de lado todo o tipo de colonização que nos foi imposto, é preciso agir de forma que não seja unilateral, pensar e repensar a partir da diversidade de povos existentes em Pindorama (Brasil). Pindorama, a partir do livro Aquilombamento da professora Luciene de Oliveira Dias “os povos tupis designaram o nosso país: Pindorama, ou terra das palmeiras ou terra livre dos males. Sua etimologia vem do tupi pindowa -, e é por essa etimologia que as pindowas rebrotam mais fortes após sucessivos golpes coloniais, inclusive nos milhares de quilombos” (2022, p. 17).

felicidade. Ao se apresentar, até esqueceu de dizer o seu nome, mas disse: “eu vim conhecer vocês”. Acredito ser uma atitude fundamental em relação ao pré conceito, a partir do conhecimento, os seus conceitos são formados e no caso dela, de forma positiva. Em alguns momentos relaciono a discriminação entre a minha comunidade com o cristianismo, especificamente ao catolicismo na minha aldeia. Na maioria das vezes, essas pessoas de comportamento LGBTfóbico são pessoas que foram mais catequizadas pela igreja católica, que carregam princípios cristãos monoteísta e em alguns casos são pessoas mais velhas. Porém, no caso dessa anciã, houve uma inversão dessa visão, onde ela nos deu total apoio durante o seminário. Percebo atualmente uma aproximação maior com pessoas mais jovens que já cresceram nos conhecendo, em diálogo conosco, com a tecnologia e com a escola um pouco mais inclusiva, uma geração onde não temos muita preocupação com o preconceito.



Tecendo Direitos: Construindo uma Estratégia Nacional para Indígenas LGBTQIA+. Foto: Arquivo pessoal da autora.

Foi muito significativo a participação de uma pessoa que conhece a história do nosso povo, da nossa aldeia, melhor que outras pessoas. Esse apoio e acolhimento foi crucial para nós. Visto que muitas outras pessoas que poderiam participar não estiveram presentes, como pessoas que se dizem lideranças e professores, principalmente por serem seu local de trabalho. Poderiam ter mais pessoas da comunidade participando, porém, acredito que foi uma quantidade considerada baixa. Mas quem foi, fez a diferença. Outra fala que me chamou atenção nas apresentações foi de uma jovem e mãe, ela disse que queria repassar todo aprendizado obtido no seminário para sua filha, visto que o preconceito e negação pelas diferenças existem. Mas ela quer ensinar a filha a respeitar essas diferenças, respeitar as pessoas. Particularmente, essa fala foi muito importante no sentido de trazer resultados positivos para as próximas gerações. Gestos simples e singelos que fazem muita diferença para quem vive uma realidade totalmente contrária. Muitas vezes, eu só espero o pior das pessoas, então é muito gratificante colher esses resultados positivos. E em seguida, com muito entusiasmo iniciamos o seminário.

Após a abertura, iniciamos os debates, discussões, trocas, para que pudéssemos alcançar os objetivos do seminário. A nossa discussão não é somente sobre gênero e sexualidade, então também tivemos grupos relacionados a outros eixos temáticos. Grupos relacionados a cultura, visto que também temos as nossas particularidades; educação, pois também dependemos da educação de nossas aldeias e territórios; saúde, afinal também temos nossas especificidades, como a saúde de pessoas trans; território, que também é fundamental para nós, onde pessoas LGBTQs também estão à frente da defesa desses territórios e em busca de melhoria para toda a comunidade, independente do segmento. E outros eixos de grupos de trabalho, como segurança,

discutir e apresentar nossas demandas coletivamente. Nos intervalos, durante o almoço e janta eram momentos de mais descontração, mas eram também momentos de trazer das salas as discussões. Momentos também de descanso, para ir tomar banho no rio, jogar vôlei, conhecer e conversar com a vizinhança, ver o centro cultural na missão, conhecer mais a aldeia, entre outras atividades.

Apesar de dizer anteriormente que não houve envolvimento no que diz respeito à comunidade no seminário, fora do espaço escolar e de nossas atividades, teve interações em momentos de descontração. Por seus motivos particulares, várias pessoas não participaram do seminário, mas na aldeia, fora da escola, muitas pessoas queriam conhecer, conversar com essas pessoas LGBTQTs que ali estavam. Acredito que se ficassem mais tempo, a interação seria maior e melhor. Em alguns casos, jovens participaram a partir de seus responsáveis, pelo incentivo. Acredito que a não participação de outros, seja pelo mesmo motivo ou por vergonha, pois não tem muito o costume de participar, independente da temática do evento. É perceptível que em outros espaços da aldeia, fora da escola, houve interação por parte da comunidade.

Seja durante a noite, no vôlei que acontece no ginásio da comunidade ou no banho de rio, onde conversas e olhares entre diferentes povos se encontravam. Foi um momento lindo e construtivo, na língua Guarani/Kaiowá falada durante momentos de lazer entre os meninos de Mato Grosso do Sul, onde pessoas do meu povo ouviam e se encantaram ao ver a beleza e cultura de outro povo. Enquanto a argila do rio estava no rosto, também estavam sorrisos estampados. Sorrisos e conversas sobre os mais diversos assuntos, onde demarcavam toda alegria e liberdade de ser quem somos. Hoje, sinto falta dos gritos de medo e aventura ao pular da ponte; das reclamações do calor incontestável de Mato Grosso e da distância até o rio, pois não conheciam o território; do espanto e admiração ao ver a cobra entrar em sua toca, ao voltar do rio; do medo do cachorro latindo e vindo em nossa direção; das conversas noturnas e aleatórias nas casinhas de palha em volta do campo de futebol; do aprender a dançar o lambadão durante o baile e dançar tão bem, por não saber os passos da cultura local; da senhora balançando a bandeira do arco-íris que ganhou durante o seminário em frente a sua casa quando estávamos partindo. Despedida muito simbólica para quem vive diariamente a recusa, o preconceito, a discriminação, de vidas estigmatizadas. Gritaremos por nossos direitos... a LGBTfobia, o racismo, o machismo não passarão mais no que depender das indígenas LGBTQTs brasileiras.

O preconceito, a discriminação contra mulheres, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos sociais estigmatizados pertence a cultura do colonizador, que em muitos momentos se vincula ao cristianismo, ao patriarcado, a heterossexualidade. Nascer e viver em uma cultura matrilinear, não cristã, me possibilita viver de forma mais digna. Cultura que é capaz de enfraquecer a fala e comportamento do colonizador. Se dizem que não podemos, não pertencemos, falamos e mostramos o contrário. A partir da nossa biointeração com a natureza, com o outro que também somos nós. Sinto cada vez mais próxima de mergulhar e encarar essa pesquisa. Se somos aceitas, respeitadas em nosso próprio sistema cultural/tradicional, não há motivos para querer se

visto por outras sociedades, seja por meio da universidade ou fora dela, na sociedade civil geral. Quem sabe, futuramente as pessoas saibam conviver melhor com essas diferenças que sempre existiram. Que diferentes culturas contribuam com essa sociedade que nos julga de forma negativa, para que ela se conserte, pois resistiremos.



Kiga Boe é indígena do povo Boe (Bororo), da aldeia Meruri, município de General Carneiro - MT. Imedu/aredu: homem/mulher ou "trans/travesti" a partir da perspectiva cultural tradicional do seu povo. Designer (UCDB), Mestra em Antropologia Social (UFMS) e Doutoranda em Antropologia Social (UFG). Uma das idealizadoras e cofundadora do Coletivo Tybyra (@indigenasgbtq).



Incubadora Social Feminista Antirracista de Pesquisas e Observatório Caleidoscópio - Nucleação Norte, Nordeste e Amazônia Legal: relato das ações desenvolvidas no último semestre

Dolores Galindo, UFCG, dolorescristinagomesgalindo@gmail.com
Silvia Lúcia Ferreira, UFBA, silviaf100@gmail.com
Zizele Ferreira dos Santos, UFCG, pesquisacientistasquilombolas@gmail.com
Milena Freitas Machado, UFBA, milena.ssfreitas@gmail.com
Naryanne Ramos, UFCG, gabrieladsenam@gmail.com
Gabriela Sena, UFCG, naryanneramos@gmail.com
Maria Simone da Silva Santino, UFCG, simonemariasimonedasilvasantin@gmail.com
Douglas Gois, UFCG, douglas.s.gois@gmail.com.br



Acordo de Cooperação Internacional fortalece ações da Coordenação Norte, Nordeste e Amazônia Legal do Observatório Caleidoscópico. Foto: Arquivo pessoal das autoras

Introdução

O presente boletim, referente ao período de outubro de 2024 a abril de 2025, registra os contínuos avanços e as diversificadas atividades desenvolvidas pela Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal e pela coordenadoria regional do Observatório Caleidoscópico. Durante este período, a Incubadora consolidou sua presença nas respectivas sedes, UFBA e UFCG, em importantes eventos científicos nacionais, promoveu articulações interinstitucionais estratégicas fortalecidas pelo projeto de pesquisa “Mulheres Quilombolas nas Ciências: práticas de permanência e política de subjetividades” financiado pelo CNPq, incluindo parcerias internacionais, e avançou na produção de tecnologias sociais e materiais de apoio às mulheres quilombolas nas ciências. Destacam-se a aprovação de projetos de extensão e pesquisa, o fortalecimento de programas de mentoria e passos importantes na elaboração de tecnologias sociais como a realização de processos comunitários de validação. Paralelamente, inicia-se a divulgação das ações da Coordenadoria Norte, Nordeste e Amazônia Legal do Observatório Caleidoscópico, com foco no mapeamento das desigualdades de gênero, raça e mudanças climáticas na trajetória de mulheres negras nas ciências, sinalizando uma expansão promissora de nossas frentes de atuação e impacto.

A Incubadora no 11º Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura (EDICC)

No período de 22 a 25 de outubro de 2024 ocorreu o 11º Encontro de Divulgação de Ciência e Cultura (EDICC), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural da Universidade Estadual de Campinas. Sessões de comunicação oral, nos formatos presencial e virtual, transmitidas pelo Youtube. A Incubadora submeteu uma mostra sonora, que é um trecho do primeiro episódio do PodCast “Mulheres Quilombolas nas Ciências: de Quilombola para Quilombola”, entrevistando Givânia Maria dos Santos. O PodCast é vinculado ao projeto de pesquisa “Mulheres Quilombolas nas Ciências: políticas de permanência nas universidades e produção de subjetividades”, com o financiamento do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq). [Confira aqui.](#)

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

seidiu o I Seminário Internacional do INCT Caleidoscópio, parte do VIII Seminário Práticas Socioculturais e Discurso. Durante o seminário, as pesquisadoras que integram a Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal contribuíram destacando suas experiências e pesquisas realizadas entre 2023 e 2024. Na Mesa 1 – “INCT Caleidoscópio”, mediada pela Professora Dra. Sílvia Lúcia Ferreira, as pesquisadoras de pós-doutorado (PDJ) discutiram realizações do INCT vinculadas ao Projeto de Pesquisa “Mulheres Quilombolas nas Ciências: políticas de permanência e produção de Subjetividades” financiado pelo CNPQ e ações extensionistas em andamento. A Professora Dra. Zizele Ferreira (INCT Caleidoscópio - UFCG) apresentou na Mesa 1 sua pesquisa sobre as trajetórias formativas de mulheres quilombolas na academia, e investiga as violências interseccionais que estas mulheres enfrentam ao longo de suas jornadas acadêmicas na Universidade Federal de Campina Grande - Campus CDSA, em Sumé-PB. Na mesa 3, com o tema desigualdades e resistências antirracistas na Universidade, a profa. Dra Sílvia Lucia Ferreira apresentou a sua pesquisa “a saúde sexual e reprodutiva e as trajetórias de mulheres quilombolas em universidades baianas”, realizada com a parceria da profa. Eliana Almeida Sacramento da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). [Confira aqui.](#)

Incubadora no 22º Congresso Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR 2024)

A coordenadora da Incubadora Social Feminista Antirracista do Norte, Nordeste e Amazônia Legal, Sílvia Lúcia Ferreira, participou, no período de 06a 08/11/24, do 22º Congresso Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (Redor), em São Luís(MA), tendo como tema central “Gênero, Feminismos e Contracolonialidade: diálogos com mulheres na ciência e as desigualdades regionais”. A pesquisadora participou da mesa redonda, que teve como tema “Mulheres Quilombolas nas Ciências: trajetórias, impasses e reexistência”, apresentando reflexões teóricas sobre racismo ao tempo que apresentou a Incubadora chamando atenção para esta experiência inovadora que está sendo desenvolvida no âmbito do INCT Caleidoscópio. No GT 1: Gênero, educação e interseccionalidades foi apresentado o trabalho “Mulheres Quilombolas e Ensino Superior: Reflexões sobre Acesso e Permanência” em coautoria com Eliana Almeida Sacramento, também da Incubadora. Importante registrar que a profa. Sílvia é uma das fundadoras da Redor em 1992, em evento realizado pelo NEIM/UFBA e se constitui como a primeira rede de pesquisa regional (Norte e Nordeste do Brasil) em estudos de gênero. [Confira aqui.](#)



Congresso nacional da REDOR com Profa. Dra. Sílvia Lucia Ferreira. Foto: Karla Bessa.

4º Encontro da Parceria DINOV/SEGES/MGI + DPA/SEPAR/MIR: Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas

No dia 13 de novembro de 2024, a Profa. Maria Simone, bolsista AT-NS no âmbito do projeto “Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades”, coordenado pela Profa. Dra. Dolores Galindo(UFCG), participou do 4º Encontro da Parceria DINOV + DPA, sobre as “Ações Afirmativas para a População Quilombola”, em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MIG) e o Ministério da Igualdade Racial do Brasil (MIR), transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do MGI. O evento discutiu a importância das ações afirmativas na trajetória acadêmica dos povos minorizados. Maria Simone realizou uma apresentação inicial de sua trajetória, destacando sua experiência no projeto de pesquisa, apontando que isso está sendo uma forma de dar continuidade aos estudos e se capacitar para se tornar uma pesquisadora. Ela ressaltou que as Políticas

Aprovação de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério da Igualdade Racial (MIR) para produção de tecnologias sociais

Foi firmado o Termo de Execução Descentralizada (TED) 24/2024 entre o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com vigência de 12 meses, prorrogáveis, coordenado pela Profa. Dra. Dolores Galindo (UFCG). O objeto do TED é o "Fortalecimento e ampliação do projeto de pesquisa e extensão 'Mulheres Quilombolas nas Ciências', visando potencializar a criação de redes de pesquisadoras e cientistas quilombolas, bem como expandir a produção de materiais e conteúdos orientativos sobre ações afirmativas para quilombolas". O convênio contempla a produção de carrosséis informativos e infográficos, cinco vídeos institucionais protagonizados por quilombolas sobre acesso e permanência no ensino superior, dez programas de áudio (podcasts) com diálogos entre pesquisadoras quilombolas, e três cadernos educativos ("Fortalecendo a

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

as desigualdades políticas, sociais, raciais e econômicas entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, impactando seu território. [Confira aqui.](#)

Fortalecendo o diálogo com a Amazônia Legal: Nepre-UFMT promove mesa redonda sobre o projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências" na XVIII Jornada de Desigualdades Raciais

No dia 13 de novembro de 2024, a Incubadora participou da mesa redonda "Mulheres Quilombolas nas Ciências", durante a XVIII Jornada de Desigualdades Raciais na Educação Brasileira, evento paralelo à 32ª edição do Seminário de Educação (SemiEdu 2024). Organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (Nepre-UFMT), nesta edição a jornada teve como tema "O Brasil também é Quilombola: currículo, práticas pedagógicas e experiências interdisciplinares". A mesa redonda, coordenada pela Profa. Dra. Cândida Soares da Costa, apresentou o projeto de pesquisa "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades", que investiga as políticas de acesso para quilombolas na pós-graduação por meio de análise documental e as dificuldades enfrentadas por mulheres quilombolas no acesso ao ensino superior. Profa. Dra. Dolores Galindo e as pesquisadoras, Adv. Ma. Naryanne Ramos, quilombola de Vila Bela da Santíssima Trindade, bolsista AT-NS (INCT Caleidoscópio-UFCG) e Profa. Dra. Zizele Ferreira (UFCG), destacaram a importância do reconhecimento das trajetórias acadêmicas dessas mulheres. Para mais informações, acesse a transmissão no canal no [YouTube](#) do Nepre-UFMT, ou [confira aqui.](#)

Articulação Interinstitucional da Incubadora: 4º Encontro da Parceria DINOV/SEGES/MGI + DPA/SEPAR/MIR: Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas

No dia 13 de novembro de 2024, Maria Simone, Licenciada em Educação do Campo UFCG, bolsista AT-NS quilombola do projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas

nas Ciências" e "Boas práticas de apoio às trajetórias acadêmicas de mulheres negras e quilombolas"). Prevê ainda um workshop sobre tecnologias sociais e ações afirmativas para a equipe da incubadora, e um curso de formação virtual de três meses, com seis encontros, intitulado "Suporte às trajetórias de Mulheres Quilombolas nas Ciências -Cooperação Internacional e Políticas de Ações Afirmativas", com abordagem contracolonial, feminista e antirracista, resultando na produção de um dossiê a ser lançado em 2026. [Confira aqui.](#)

Ações extensionistas na UFCG: "Oralitura como registros na elaboração de Tecnologias Sociais para Mulheres Quilombolas nas Ciências"

A Incubadora, no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e da Coordenação Geral de Extensão, está implementando o projeto de extensão "Oralitura como registros na elaboração de Tecnologias Sociais para Mulheres Quilombolas nas Ciências", coordenado pela Profa. Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo (UFCG). As atividades do projeto tiveram início em março de 2025, com término previsto para dezembro de 2025, serão realizadas no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG), campus Sumé, visa fortalecer as carreiras científicas das mulheres quilombolas abordando raça, gênero e territorialidade, por meio da coleta e sistematização de narrativas orais para a criação de tecnologias sociais e guias práticos. O projeto é composto pelas pesquisadoras de pós-doutorado júnior (PDJ), pelas docentes da UFCG Profa. Dra. Dolores Galindo (UFCG) e Profa. Dra. Maristela Moraes (UFCG), estudantes quilombolas do CDSA/UFCG e colaboradoras mestras que atuam como pesquisadoras quilombolas, contando com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Reuniões da equipe interinstitucional do projeto de pesquisa

Ao longo de 2024, a equipe interinstitucional do projeto "Mulheres Quilombolas nas

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

da Parceria DINOV +DPA, sobre as “Ações Afirmativas para a População Quilombola”, em parceria como Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MIG) e o Ministério da Igualdade Racial do Brasil (MIR), transmitido ao vivo pelo canal do YouTube do MGI. O evento discutiu a importância das ações afirmativas na trajetória acadêmica dos povos minorizados. Maria Simone realizou uma apresentação inicial de sua trajetória, destacando sua experiência no projeto de pesquisa, apontando que isso está sendo uma forma de dar continuidade aos estudos e se capacitar para se tornar uma pesquisadora. Ela ressaltou que as Políticas de Ações Afirmativas para pessoas quilombolas têm contribuído para diminuir as desigualdades políticas, sociais, raciais e econômicas entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, impactando seu território. [Confira aqui.](#)

Validação Comunitária da Oficina “Mulheres Quilombolas nas Ciências e as Ciências dos Quilombos”

No dia 24 de novembro de 2024, a Incubadora Social Feminista Antirracista do Norte, Nordeste e Amazônia Legal-INCT Caleidoscópio, realizou processo de validação comunitária da oficina “Mulheres Quilombolas nas Ciências e as Ciências dos Quilombos” na EMEIF Firmo Santino da Silva, na Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande-PB. A oficina teve como objetivos principais compreender as vivências das participantes no território quilombola, reconhecer e valorizar seus conhecimentos e modos de vida, e mapear as contribuições das mulheres quilombolas em diversas áreas sociais e acadêmicas. Supervisionada pela Profa. Dra. Dolores Galindo e conduzida pela Profa. Dra. Zizele Ferreira, com apoio técnico da Bolsista AT-NS quilombola Maria Simone da Silva Santino, a atividade se constituiu como uma das etapas preparatórias para a construção do guia “Meninas Quilombolas nas Ciências! Podcast na sala de aula”, uma tecnologia social que visa oferecer roteiros para futuras oficinas e ações educativas voltadas para mulheres quilombolas na Educação Básica. [Confira aqui.](#)

Subjetividades” realizou diferentes reuniões coordenadas pela professora Dra. Dolores Galindo (UFCG). Esses encontros foram cruciais para discutir a estrutura teórico-metodológica, ampliar concepções iniciais, abordar a importância do reconhecimento da produção científica de mulheres pesquisadoras negras quilombolas, criar espaços para suas falas e produções, além de definir a metodologia para que cada instituição, representada pelas professoras doutoras Ana Karenina Arraes(UFRN), Cândida Soares da Costa (UFMT), Denize de Almeida Ribeiro (UFRB), Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA), Karla Galvão Adrião (UFPE), Karla Bessa(UNICAMP) e Maristela Moraes (UFCG); pelas pesquisadoras PDJ do INCT-Caleidoscópio Karine Santana (UFBA) e Zizele Ferreira (UFCG); e pela bolsista AT-NS Naryanne Ramos (INCT Caleidoscópio/UFCG), realizasse as ações pertinentes ao projeto. [Confira aqui](#)

Observatório do INCT Caleidoscópio: Coordenadoria Norte-Nordeste e Amazônia Legal

A Coordenadoria Norte-Nordeste e Amazônia Legal, iniciada em agosto de 2024 sob a liderança da Profa. Dra. Dolores Galindo (UFCG) e da Profa. Dra. Sílvia Lúcia Ferreira(UFBA), desenvolve, no âmbito do Observatório Caleidoscópio, o subprojeto “Mapeamento e Monitoramento Interseccional das Desigualdades de Gênero, Raça e Mudanças Climáticas nas Universidades”. Este subprojeto, com perspectiva feminista interseccional e interdisciplinar, articula-se com a Incubadora Feminista Antirracista e concentra suas ações em quatro eixos: produção de indicadores sobre mulheres negras nas ciências e tecnologia, focando no impacto de raça, gênero e mudanças climáticas em suas carreiras; mapeamento de equipamentos e ações voltados ao enfrentamento das desigualdades de gênero racializadas e mudanças climáticas nas universidades públicas das regiões Norte, Nordeste e Amazônia Legal; articulação com equipes de pesquisa nacionais e internacionais; e produção e divulgação científica, incluindo artigos, podcasts e infográficos, para ampliar o impacto social e científico, com destaque para o Mapa Mulheres Quilombolas nas Ciências, contribuições e reflexões da iniciativa. O

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividades”

No dia 04 de dezembro de 2024, após período de articulação de pesquisadoras de diferentes universidades com vistas à sistematização de informações sobre trajetórias acadêmicas de mulheres quilombolas, nesta última reunião do projeto, validou-se o formulário eletrônico e o dicionário de variáveis do Projeto Mulheres Quilombolas nas Ciências: Política de Permanência nas Universidades e Produção de Subjetividade (Edital CNPq/MCTI n.º10/2023-Universal) que permitirá o início da coleta de dados nas universidades. [Confira aqui.](#)

Edital 008/2024 – Tecnologias Sociais para Apoio às Trajetórias de Mulheres Quilombolas nas Ciências

No dia 17 de dezembro de 2024, foi publicado o edital 008/2024, destinado a selecionar bolsas de Apoio Técnico de Nível Superior (AT-NS), visando o desenvolvimento de atividades relacionadas às Tecnologias Sociais voltadas às trajetórias de mulheres quilombolas nas ciências. O processo recebeu 30 inscrições, das quais foram destinadas 12 vagas, com 10 para mulheres com graduação e 2 para doutoras, residentes nas regiões Norte, Nordeste e Amazônia Legal. A seleção teve como objetivo apoiar as ações desta incubadora vinculadas ao projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências", executado pelo INCT Caleidoscópio na UFCG, com a coordenação da Profa. Dra. Dolores Galindo. As vagas visam fortalecer a produção de materiais instrucionais como guias, cadernos de orientação e recursos diversos, voltados à permanência e ao sucesso de mulheres quilombolas na ciência. O resultado final do edital foi divulgado em 5 de março de 2025, na página oficial da UFCG. Foram selecionadas 12 candidatas, cujo ingresso se deu logo após a publicação, no mês de março. Os recursos foram liberados em conformidade com a tramitação do Termo de Execução Descentralizada (TED nº 969636), firmado entre a UFCG e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), cuja

em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências, sediado na Universidade de Brasília visa criar um espaço para análise das desigualdades sociais e raciais e da violência de gênero, gerando indicadores e mapeando iniciativas bem-sucedidas para compreender a inserção das mulheres na ciência e subsidiar políticas públicas. Com estrutura tripartite (Sul/Sudeste, Norte/Nordeste e Amazônia Legal, e Centro-Oeste), o Observatório busca produzir indicadores sobre equidade de gênero nas IES, levantar equipamentos e diretrizes de enfrentamento às violências de gênero, e divulgar as atividades do INCT). [Confira aqui.](#)

Reunião sobre Iniciativas da Incubadora Social Feminista Antirracista na Paraíba

No dia 21 de fevereiro de 2025, foi realizada na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba uma reunião contemplando a apresentação das iniciativas da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal – INCT Caleidoscópio, vinculada à UFCG, com a participação da Profa. Dra. Zizele Ferreira e da Gerente Operacional de Educação Indígena, Quilombola, das Relações Étnico-Raciais e dos Povos e Comunidades Tradicionais da SEE-PB, Profa. Anieli Mirtes Soares Alves. O encontro teve como objetivos principais divulgar as ações desenvolvidas na Paraíba pela incubadora, debater futuras parcerias e projetos na região, bem como aprofundar o diálogo sobre estratégias antirracistas e feministas no âmbito escolar e social, com ênfase nas mulheres negras quilombolas nas Ciências, fortalecendo a construção de ações colaborativas e inclusivas no campo da educação.

Encontro com Débora Fina Gonzalez, integrante do Conselho da Incubadora

A Incubadora Norte, Nordeste e Amazônia Legal recebeu a Profa. Dra. Débora Fina Gonzalez da Universidad de Playa Ancha/Chile para reunião interinstitucional

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

encontram-se em fase de acolhimento e organização de suas atividades, com o objetivo de dar andamento às ações previstas na proposta do edital. [Confira aqui.](#)

Incubadora recebe a Profa. Dra. Valérie Ganem (Université Sorbonne Paris Nord) para discutir projetos sobre “Saberes Tradicionais e Saúde Mental”

No dia 18 de dezembro de 2024, a Incubadora Social de Pesquisas Feministas e Antirracistas do INCT Caleidoscópio recebeu a Profa. Dra. Valérie Ganem, da Université Sorbonne Paris Nord, em uma reunião conduzida pelas coordenadoras Profa. Dra. Sílvia Lúcia Ferreira, da UFBA, e a Profa. Dra. Dolores, da UFCG. Participaram do encontro a bolsista AT-NS, Profa. Maria Simone Santino, quilombola de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande-PB; a bolsista PDJ (CNPq) Profa. Dra. Zizele Ferreira (Bolsista PDJ INCT Caleidoscópio); a Profa. Ma. Nirda Rosa, quilombola da comunidade Chumbo, Poconé-MT; a Profa. Dra. Eliane Sacramento da UNEB e a Profa. Dra. Karla Galvão, da UFPE, que integram a equipe interinstitucional da Incubadora. Durante a reunião, a pesquisadora Valérie apresentou as linhas gerais de um projeto que propõe a criação de centros experimentais de saúde mental para adolescentes, valorizando saberes tradicionais de comunidades descendentes de fugitivos da escravidão. O projeto busca integrar esses saberes no sistema educacional e fomentar intercâmbios entre cientistas e comunidades, envolvendo França e Brasil. Valérie também apresentou o seu livro 'Em busca da liberdade', que analisa a ligação entre a herança da escravização, família e trabalho no Brasil, com prefácio do Professor Kabengele Munanga. Este encontro marcou o início de discussões sobre a colaboração de universidades neste projeto internacional. [Confira aqui.](#)

Mentorias em Carreiras Científicas para Mulheres Quilombolas

Nos últimos três meses, a mentoria para mulheres quilombolas em carreiras

Galindo da UFCG e a Profa. Zizele Ferreira, PDJ do INCT Caleidoscópio. Na oportunidade, as professoras reforçaram a intenção de estreitar laços de colaboração em pesquisa. Débora Fina Gonzalez faz parte do Conselho da Incubadora. [Confira aqui.](#)

Observatório Caleidoscópio e Articulação para Cooperação Internacional

Nos meses de março e abril de 2025, foram realizadas uma série de reuniões que ampliaram a discussão sobre as questões e desafios enfrentados por mulheres quilombolas. Estas atividades estão articuladas com a Coordenadoria Norte-Nordeste e Amazônia Legal, que desenvolve, no âmbito do Observatório do INCT Caleidoscópio, o subprojeto "Mapeamento e Monitoramento Interseccional das Desigualdades de Gênero, Raça e Mudanças Climáticas nas Universidades". As reuniões, coordenadas pelo Grupo de Pesquisa Ateliê — Psicologias, Feminismos e Contracolônialidades, sob a liderança da Profa. Dra. Dolores Galindo (UFCG), foram uma chamada para a cooperação internacional por parte da Universidade Federal de Campina Grande, com o objetivo de estabelecer conexões com universidades da África, América do Norte e América do Sul. Participaram das discussões pesquisadoras e pesquisadores de Angola, Chile e Haiti, incluindo: Débora de Fina Gonzalez (Universidad de Playa Ancha/UPLA, Chile), em reunião no dia 25/03; Helena Cosma da Graça Fonseca Veloso (Universidade Católica de Angola), em reunião no dia 01/04; e, do Haiti, Dieunise Joseph, Irvica Pierre Louis, Ilgentche Appolon e Gardiner Desravins (todos da Université Publique du Nord-Est à Fort-Liberté/UPNEF), além do Prof. Dr. André Yves Pierre (Universidade Estadual do Haiti). Atualmente, encontra-se em fase de articulação interinstitucional visando acordos de cooperação internacional com países da África, América do Sul e Europa com histórico prévio de pesquisa como Brasil. [Confira aqui.](#)

Fortalecimento institucional na UFCG: reuniões com a PRAC, Assessoria de

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

e desenvolvimento profissional, desde os fundamentos de uma carreira científica até estratégias práticas, como a elaboração de currículos acadêmicos e cartas de apresentação. A mentoranda quilombola Maria Simone, também recebeu orientações sobre como superar desafios e aproveitar oportunidades, alinhando a ciência às realidades e saberes quilombolas. Histórias inspiradoras emergiram, como a conquista de bolsas de estudo e projetos acadêmicos. Nos próximos meses, a mentoria desenvolvida pela Mestra e Advogada quilombola Naryanne Ramos, com supervisão da Profa. Dra. Dolores Galindo, continuará focada em redes de colaboração científica, integração de saberes tradicionais e acadêmicos, e publicação de trabalhos científicos. Com essa iniciativa, seguimos fortalecendo a presença de mulheres quilombolas na ciência, transformando vidas e comunidades. [Confira aqui.](#)

Publicação do primeiro roteiro para Estudos de Caso nas universidades parceiras

Foi publicado o primeiro roteiro que comporá o Caderno de Recursos "Fortalecendo a Permanência de Mulheres Quilombolas em Universidades". Este material faz parte do projeto de pesquisa "Mulheres Quilombolas nas Ciências: Políticas de Permanência e Produção de Subjetividades", aprovado pela Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados. O projeto, coordenado pela Profa. Dra. Dolores Galindo(UFCG), reúne [grupos de pesquisa parceiros](#) da Incubadora e se dedica a estudar as trajetórias de profissionalização acadêmica de mulheres pesquisadoras negras quilombolas, com o objetivo de identificar os principais desafios para continuar os estudos e acessar o ensino superior em níveis de graduação e pós-graduação. Além disso, realiza o levantamento de boas práticas existentes para o acesso de quilombolas ao ensino superior. [Confira aqui.](#)

Incubadora Social Feminista Antirracista na UFBA implementa programa de extensão voltado à promoção da

Incubadora Social Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal intensificou suas ações de fortalecimento institucional na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Foram realizadas reuniões estratégicas com a Pró-Reitoria de Ações Comunitárias (PRAC), Assessoria de Relações Internacionais e a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), com o objetivo de promover maior integração, divulgar as ações do projeto "Mulheres Quilombolas nas Ciências" e fortalecer o impacto do Observatório do INCT Caleidoscópio na UFCG. Essas movimentações tiveram como foco principal consolidar a presença da incubadora e do observatório, ampliar a visibilidade das ações de inclusão social e de cooperação internacional, além de fortalecer a articulação entre a universidade e as comunidades quilombolas, promovendo maior impacto social e institucional. As reuniões permitiram o alinhamento de estratégias de comunicação, planejamento de eventos de divulgação, bem como o fortalecimento das parcerias com setores internos e externos.

Lançamento de novos episódios do Podcast "Mulheres Quilombolas nas Ciências: de quilombola para quilombola"

Em abril, foram lançados dois episódios do podcast "Mulheres Quilombolas nas Ciências: de Quilombola para Quilombola". Uma das entrevistas destaca a Profa. Dra. Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, mulher negra quilombola da Comunidade Quilombola do Porto da Pedra, no Recôncavo Baiano, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e mestra e doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. O outro episódio apresenta a Profa. Ma. Luciene Tavares da Silva Lima, mulher preta da Comunidade Quilombola Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande-PB, licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Idealizado pela Incubadora de Pesquisa Feminista Antirracista Norte, Nordeste e Amazônia Legal e vinculado ao projeto de pesquisa homônimo com apoio do CNPq, MIR (TEDnº 969636) e UFCG, o podcast visa apresentar as contribuições de mulheres quilombolas para as ciências.

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

Paraguaçu/BA

O Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM conseguiu aprovação do Programa de Extensão: “Tecnologias sociais para a promoção da equidade racial, de gênero em comunidades quilombolas”, em dezembro de 2024, coordenado pela profa. Dra. Sílvia Lúcia Ferreira, cujo objetivo é promover a equidade de gênero e raça com a construção e aplicação de tecnologias sociais que sejam contextualmente relevantes e cognitivamente transformadoras e sustentáveis ao longo do tempo, através do engajamento colaborativo entre a universidade e a comunidade quilombola do Vale do Paraguaçu, localizada no Recôncavo Baiano. A proposta será desenvolvida com atividades extensionistas formativas, em parceria com a educação básica, especialmente o ensino médio, por meio da articulação entre estudantes da pós-graduação do PPGNEIM, professoras quilombolas e estudantes da comunidade quilombola do Vale do Paraguaçu, com apoio do Diretor de EEQ, Alan Prazeres. Com duração de 21 meses, pretende-se gerar impactos sociais e econômicos nas trajetórias formativas das meninas e mulheres quilombolas da escola quilombola da comunidade do Vale do Paraguaçu, de modo a contribuir com a equidade de gênero e raça, por meio da elaboração de tecnologias sociais, com vistas a garantir a difusão na comunidade.

A equipe de trabalho é composta por Sílvia Lúcia Ferreira, Sandra Maria Cerqueira da Silva, Cloves Luiz Pereira Oliveira, docentes do PPGNEIM, Milena Freitas Machado, pesquisadora de pós-doutorado Júnior (PDJ- INCT), Ianna França Oliveira, bolsista de extensão. Este programa também articula outros Programas de Pós-Graduação que fazem parte da Incubadora, o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGENF: <https://pgenf.ufba.br/>), representado pela estudante de Doutorado Eliana do Sacramento de Almeida, professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Quilombola Porto Calvário (Território Bela Cor), o programa, com episódios de 25 a 30 minutos disponíveis no Spotify e YouTube, fortalece a visibilidade das produções acadêmicas dessas mulheres, promovendo uma perspectiva contracolonial dos saberes quilombolas e seu papel transformador nas universidades brasileiras. [Confira aqui.](#)

Conheça o podcast “Mulheres Quilombolas nas Ciências”

de ações em uma perspectiva interdisciplinar que estimule a apropriação local das práticas, conhecimentos e metodologias representa mais uma “materialização” desta Incubadora Social, no âmbito da UFBA em torno de uma proposta efetiva. [Confira aqui](#)



Dolores Galindo é Membro do Núcleo Gestor do INCT Caleidoscópio. Possui Pós-Doutorado (2013-2015), Doutorado (2006) e mestrado (2002) em Psicologia Social pela Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), com Doutorado Sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona (2004). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1999. Atua como Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da UNESP/Assis e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso.



Silvia Lúcia Ferreira é Membro do Núcleo Gestor do INCT Caleidoscópio. Fundadora, Pesquisadora e Líder de Pesquisa do GEM (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero, Saúde e Enfermagem criado em 1988, na Escola de Enfermagem da UFBA. Pesquisadora do NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, desde 1988, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas). Profa. do Curso de Graduação e do Programa de Pós- Graduação em Enfermagem e Saúde e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.



Zizele Ferreira dos Santos é Pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio. Fundadora. Possui graduação em Letras - Português e Inglês - pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005) e Mestrado em Educação (2016) pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação (2022) pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/IE/UFMT) e integra o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE)

Milena Freitas Machado é Assistente Social. Pesquisadora de Pós-doutorado no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Caleidoscópio, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA). Integrante do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (CNPQ/UFBA).



Naryanne Ramos é Apoio técnico a pesquisa do do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2018). Mestra em Estudo de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso.



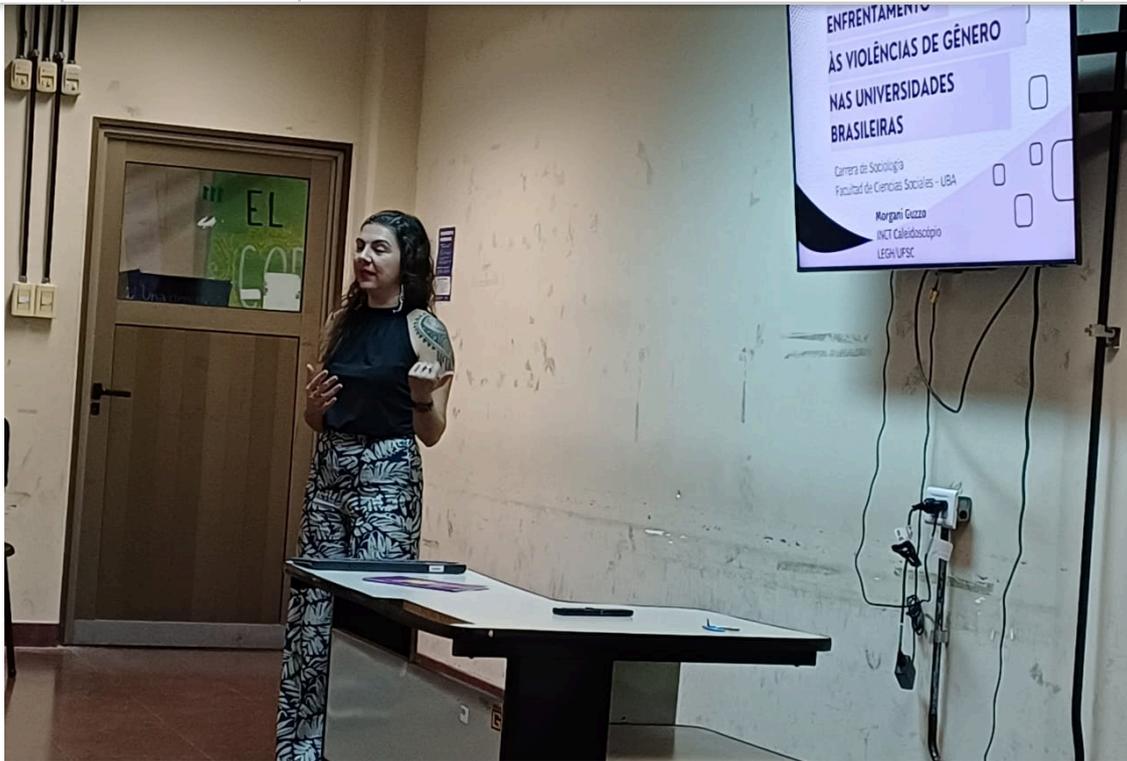
Gabriela Sena é Apoio técnico a pesquisa do do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.



Douglas Gois possui mestrado em Psicologia pela Unesp (2022 - 2024). Graduado em Psicologia pela UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) em 2021. Foi membro co-fundador do coletivo de estudantes negros da Psicologia, o Kilombo Cassangue. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT), onde participou de atividades enquanto estudante bolsista da extensão e de iniciação científica. Ainda, foi membro do NIP (Núcleo Indígenas e Pretos de práticas psicológicas), onde participou do acompanhamento psicoterapêutico de um grupo de mulheres quilombolas universitárias. Pós-Graduando em Psicologia, no Programa de doutorado da Unesp-Assis, pela FCLAs (2025-Atual).



Cooperação internacional para conhecer a política de enfrentamento às violências de gênero na Universidad de Buenos Aires (UBA-Argentina)



Aula ministrado por Morgani Guzzo no Curso de Sociologia da Universidad de Buenos Aires (UBA). Foto: Claudia Bacci.

Morgani Guzzo, UFSC, Morganiguzzo2@gmail.com

Entre os meses de fevereiro e abril de 2025, tive a oportunidade de desenvolver uma pesquisa de campo na Universidad de Buenos Aires (UBA), na Argentina, para conhecer as políticas de prevenção e enfrentamento às violências de gênero aplicadas na Instituição. Atualmente, sou pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio, pesquisadora vinculada ao Observatório Caleidoscópio - coordenação Sul-Sudeste, ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) e ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O projeto foi contemplado pela Chamada Pública MCTI/CNPq nº 16/2024 – Apoio a Projetos Internacionais de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação (Faixa 3: Projeto individual para bolsista Pós-Doutorado Júnior ou Pós-Doutorado Sênior do CNPq), com Bolsa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Sênior – DES, e intitulou-se “Mecanismos de enfrentamento ao assédio e outras violências nas universidades: processos de implementação, avanços e desafios na Argentina e no Brasil”.

A chamada teve período de inscrições entre 20/06/2024 e 09/08/2024, com resultado publicado em dezembro de 2024, e selecionou pesquisadoras/es que estivessem com bolsa de pós-doutorado ativa no país e que pudessem realizar um projeto de internacionalização, com colaboração com outro grupo de pesquisa do exterior. O objetivo da Faixa 3 foi estimular a cooperação internacional e apoiar no desenvolvimento de lideranças.

Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências (INCT-Caleidoscópio), é meu interesse conhecer e analisar as políticas e os equipamentos criados nas instituições de ensino superior (IES) para prevenir e enfrentar as violências de gênero e interseccionalidade no cotidiano da vida acadêmica.

Tais políticas são fundamentais para a permanência e o desenvolvimento científico pleno de pessoas pertencentes a grupos historicamente minorizados, como é o caso das mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, negras, indígenas, quilombolas, entre outras nas universidades e na carreira acadêmica. Como parte de uma sociedade que exclui e oprime esses grupos, as universidades também são espaços onde a misoginia, o sexismo, a LGBTQIAPN+fobia, o racismo, o capacitismo e outras violências se manifestam e perpetuam.

Dessa forma, aproveitando a oportunidade da Chamada Pública MCTI/CNPq nº 16/2024, inscrevi um projeto cujo objetivo foi conhecer e comparar a instituição de mecanismos e políticas de enfrentamento às violências em duas universidades do Cone-Sul latino-americano: a Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) e a Universidad de Buenos Aires (Argentina).

Como minha atuação enquanto pesquisadora tem sido na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Bolsa DES foi direcionada a visitar os espaços físicos e entrevistar as pessoas responsáveis pela implementação do Protocolo de acción institucional para la prevención e intervención ante situaciones de violencia o discriminación de género u orientación sexual em diferentes Faculdades da Universidad de Buenos Aires.

Em minha concepção, os aprendizados sobre os processos de implementação e funcionamento das políticas de enfrentamento às violências na Universidad de Buenos Aires podem, numa perspectiva comparativa e de troca de saberes, auxiliar a refletir e propor melhores práticas e abordagens para este que é um desafio histórico em ambos os países.

A oportunidade de pesquisa na UBA tem relevância direta para os objetivos do INCT Caleidoscópio, sendo um deles o levantamento e o mapeamento de boas práticas de enfrentamento às múltiplas formas de violências (de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras) nas universidades.



Morgani Guzzo durante aula ministrada no Curso de Sociologia da Universidad de Buenos Aires (UBA). Foto: Claudia Bacci.

Três meses de trabalho de campo: aprendizados e articulações possíveis

Embora curto, o período de pesquisa na Universidad de Buenos Aires foi profícuo para os objetivos propostos no projeto. Durante os três meses, foi possível conhecer e mapear pessoas-chave à frente das Unidades de Gênero, Comissões, Departamentos ou Sub-secretarias responsáveis por tornar realidade o Protocolo de acción institucional para la prevención e intervención ante situaciones de violencia o discriminación de género u orientación sexual (mais conhecido como Protocolo de Gênero) nas diferentes Faculdades da UBA.

Elaborado e publicado em 2015 (Res. CS N° 40443/15), o Protocolo de Gênero teve uma atualização em 2019 (Res. CS N° 1918/19) e demorou alguns anos para ser implementado em várias das Faculdades da UBA.

Com uma estrutura descentralizada, cada Faculdade é autônoma e teve processos distintos de implementação do que recomendava o Protocolo, cujo objetivo é “a promoção de ações de **sensibilização, difusão e formação** sobre a problemática de gênero, assim como o fomento e favorecimento de **ações que eliminem a violência de gênero**, assédio sexual e discriminação por razões de gênero ou orientação sexual em todas as Unidades Acadêmicas (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 2019, p. 1, tradução nossa, grifos nossos).

Assim, as Faculdades se organizaram e estruturaram de formas distintas para a aplicação do Protocolo. Entre os anos de 2017 e 2019, quatro delas realizaram pesquisas com a comunidade acadêmica para tentar identificar a incidência e identificação das violências, discriminações e assédios entre estudantes, docentes, técnicos administrativos e demais membras/os de cada uma dessas Faculdades. A sistematização dessas pesquisas e os resultados foram publicados no livro *“Reconocer para transformar: primeros diagnósticos sobre situaciones de violencia de género en la Universidad de Buenos Aires”* (OBERTI; SPATARO; AZPARREN, 2021).

Universidad de Buenos Aires retornar das férias de verão. Lendo as publicações e entrando nos sites de cada uma das Unidades Acadêmicas, pude perceber a diversidade que eu poderia encontrar na pesquisa.

Enquanto algumas Faculdades tinham realizado pesquisas ainda nos primeiros anos de implementação do Protocolo, e criado estruturas mais robustas de acolhimento de vítimas, encaminhamento de denúncias e ações de prevenção, outras, dez anos depois da publicação do Protocolo, ainda não tinham informações claras e suficientes sobre o que realizavam para a aplicação do mesmo em sua página institucional on-line.

A dificuldade de encontrar informações nos sites das universidades é, inclusive, um dos temas de minha pesquisa realizada junto ao Observatório Sul-Sudeste do INCT Caleidoscópio, que tem mapeado as iniciativas das universidades do Sul e do Sudeste brasileiros com base nas informações disponíveis nos sites institucionais. Essa pesquisa, que está em fase de análise, escrita e publicação, está sendo desenvolvida com a colaboração de Pedro Ordones, bolsista de Iniciação Científica.

Assim, antes mesmo de agendar as entrevistas e enquanto esperava retorno dos e-mails enviados para cada endereço disponível [no site da UBA](#) (no endereço consta a listagem de todas as Unidades Acadêmicas da UBA e os endereços de e-mail da instância responsável pela aplicação do Protocolo de Gênero em cada uma. Foi a partir desses e-mails que entrei em contato e solicitei as entrevistas), já consegui perceber que a análise comparativa entre duas universidades era mais complexa do que eu previa, sendo, antes, necessário comparar e compreender as diferenças na aplicação do Protocolo dentro da própria UBA.

Por fim, ao final dos três meses, consegui realizar visitas e entrevistas com pessoas responsáveis pela aplicação do Protocolo em cinco Unidades, sendo elas: Facultad de Letras y Filosofía, Facultad de Ciencias Exactas y Naturales, Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, Facultad de Medicina e Facultad de Derecho, totalizando sete entrevistas. No momento, aguardo a confirmação de duas entrevistas que, por motivos de agenda, ficaram para maio, quando o período de campo na UBA já havia terminado.

Além da pesquisa de campo, também tive a oportunidade de participar de uma aula na disciplina de “Violência, sexismo e direitos humanos”, no Curso de Sociologia da UBA, onde fiz uma apresentação das legislações e políticas voltadas ao enfrentamento das violências de gênero no Brasil, trocando experiências com o que existe na Argentina. Agradeço às professoras Alejandra Oberti e Claudia Bacci pelo convite e por viabilizarem essa participação.



Espaço destinado à acolhimento de denúncias na Facultad de Medicina na UBA. Foto: Morgani Guzzo.

Resultados e o fortalecimento de redes internacionais

O projeto, encerrado em 30 de abril de 2025, terá como resultados um artigo comparando as experiências da UBA com a Universidade Federal de Santa Catarina, além de um episódio de podcast do *Universidade Livre de Assédio* e de outros materiais de divulgação sobre a pesquisa.

Além da publicação dos resultados, prevista para maio e junho, o mais interessante desse período de pesquisa na Argentina foi a possibilidade de conhecer as pessoas vinculadas às políticas na UBA, trocar conhecimentos e convidar para que se aproximem e integrem o Observatório do INCT Caleidoscópio.

O tema do assédio nas universidades e as desigualdades de gênero na Ciência tem tido cada vez mais destaque na última década. No entanto, com as mudanças de governo e o avanço da extrema-direita a nível mundial, é perceptível o receio de retrocessos nas políticas já implementadas em universidades em várias partes do mundo, como é o caso dos Estados Unidos e da Argentina. Por isso, a articulação entre pesquisadoras e gestoras à frente das políticas afirmativas e de gênero é muito importante para fortalecer processos de resistência e avanços. Nesse sentido, o INCT Caleidoscópio tem um grande potencial de viabilizar essas articulações interinstitucionais e internacionais.

Cooperação fortalece o trabalho coletivo entre brasileiras e argentinas

A execução do projeto teve supervisão da pesquisadora Joana Maria Pedro (LEGH/UFSC), que é uma das coordenadoras do Observatório Caleidoscópio, Nucleação Sul-Sudeste do INCT, e

(IEALC) da UBA.

A cooperação entre essas duas universidades e seus respectivos núcleos de pesquisa representa a continuidade de um trabalho coletivo histórico que tem se dado na produção de conhecimento científico na área dos Estudos de Gênero e Feminismos. A atuação conjunta entre as pesquisadoras do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e as pesquisadoras argentinas Alejandra Oberti e Claudia Bacci data de 2009, e tem se aprofundado nos últimos anos em projetos como: “A internet como campo de disputas pela igualdade de gênero” (2021-2023), e “Misoginia: gênero, emoções e política nas redes sociais no Brasil contemporâneo” (2024-atual), ambos coordenados pela professora Dra. Cristina Scheibe Wolff.

Além destes projetos sediados na UFSC, nós, pesquisadoras do LEGH, também atuamos em projetos sediados na UBA, em cooperação, como o Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciência Sociais (Clacso) intitulado “*Red de Género, Feminismos y Memorias*”. Este grupo propôs à Clacso, em 2024, o projeto de pesquisa: “*Violencia política de género, antifeminismo y misoginia en internet. Expresiones locales de un fenómeno global* (Argentina y Brasil)”, que está em processo de finalização.

Como um dos eixos fundamentais do INCT Caleidoscópio, este período de internacionalização da pesquisa na Argentina contribuiu para o fortalecimento dos “Nós e Redes” de pesquisadoras feministas engajadas na transformação das suas universidades e da sociedade como um todo.



Referências Bibliográficas

OBERTI, Alejandra; SPATARO, Carolina; AZPARREN, Ana Laura. *Reconocer para transformar: primeros diagnósticos sobre situaciones de violencia de género en la Universidad de Buenos Aires*. Subsecretaría de Políticas de Género y la Subsecretaría de Gestión Institucional de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2021.

UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. *Resolución N° 1918/2019*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gLADxlrHwR-mgm2aHH6ocOaxtAWUWizH/view>.



Morgani Guzzo é Pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio. Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro-PR), e graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma Universidade (2010).



Tecendo Redes e Produzindo Conhecimento: Atividades do Observatório Caleidoscópio – Nucleação Sul/Sudeste

Mulheres são maioria na Matemática em Mato Grosso do Sul

Caleidoscópio Observa

INCT CNPq CAPES

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Ricardo da Silva Oliveira

*Lia Gomes Pinto de Sousa, Unicamp, liagps@unicamp.br**Karla Bessa, Unicamp, kbessa@unicamp.br**Maria Margaret Lopes, Unicamp, mariamargaretlopes@gmail.com**Joana Maria Pedro, UFSC, joanamarca.pedro@gmail.com**Morgani Guzzo, UFSC, Morganiguzzo2@gmail.com**Mirlene Fátima Simões, Unicamp, mirlenefatimasimoes@gmail.com*

Ao longo dos dois últimos anos, o Observatório Caleidoscópio – através da Nucleação Piloto Sul/Sudeste- tem se consolidado como um espaço dinâmico de produção e difusão de conhecimento comprometido com a equidade racial, de gênero e diversidade na ciência e no ensino superior. Articulando pesquisa, extensão e comunicação científica, nossas ações vêm se fortalecendo por meio do trabalho coletivo entre pesquisadoras, estudantes e colaboradoras/es de diferentes instituições e regiões do país. Os vínculos inter-institucionais têm sido fundamentais para a construção de diagnósticos mais amplos e plurais sobre as desigualdades e violências que atravessam o meio acadêmico. Esta trajetória de colaboração se expressa em seminários conjuntos, trocas metodológicas, análises de indicadores, estudos de trajetórias acadêmicas, produções audiovisuais, além do desenvolvimento de plataformas e ferramentas de consulta pública. Nesta edição do Boletim do INCT Caleidoscópio, apresentamos um panorama das atividades desenvolvidas entre outubro de 2024 e maio de 2025, que refletem não apenas o amadurecimento institucional do Observatório, mas também seu compromisso contínuo com a transformação social por meio de uma ciência feminista, antirracista e interseccional.

Neste período, as pesquisas voltadas à análise de indicadores e trajetórias de mulheres nas ciências, com perspectiva de gênero e interseccionalidades, centraram-se nas grandes áreas das Ciências Biológicas e da Saúde. As principais fontes utilizadas foram os diferentes [Painéis interativos lançados pelo CNPq](#) e demais plataformas abertas de dados, além de pesquisa arquivística para o caso de trajetórias históricas individuais.

Um dos levantamentos percorreu sobre a obtenção de bolsas Produtividade/CNPq em 2023 em contrapartida com o contingente detentor do título de Doutorado entre 2015 e 2020, ou seja, apto a obter a bolsa. Foi traçado o quadro estatístico e demográfico para o caso feminino e masculino, estabelecendo comparações. Outro estudo realizado foi a análise de trajetória da cientista Monika Barth (atuação de 1959 a 2022), traçando também sua genealogia intelectual, com base em suas relações de orientação captadas por meio da [Plataforma Acácia](#). Esse estudo integra uma análise mais ampla publicada em [Sousa, Lopes e Bessa \(2024\)](#), que reflete sobre o impacto de trajetórias de mulheres cientistas do passado sobre a formação de novos recursos humanos no presente.



Trajетórias



Trajetória

Luiza Krau (1916-2020): pioneira em biologia marinha e monitoramento da poluição das águas

Luiza Krau foi uma das primeiras pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz e a primeira com formação em

Wikipédia:Usuário:Ana Caroline dos Santos Ferreira



Trajetória

Genealogia Intelectual: Monika Barth (atuação de 1959 a 2022)

Por Lia Gomes Pinto de Sousa Monika Barth é cientista

[...]

05 DEZ 2024

Fonte: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/trajetorias/>

Com base nas pesquisas realizadas, foram elaborados pequenos materiais informativos, disponibilizados no site do Observatório e adaptados pela equipe de comunicação para o Instagram, sob a forma do quadro *Caleidoscópio Observa*. Ambas as iniciativas (publicação no site e na rede social) estão abertas à contribuição de pesquisadoras parceiras que queiram divulgar seus trabalhos. Foi realizada também uma pesquisa de campo sobre a bióloga Luiza Krau no acervo da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz para a elaboração de novo material informativo relativo a trajetórias de mulheres cientistas. No campo dos indicadores, contamos recentemente com uma bolsista de graduação da Unicamp, Ana Caroline dos Santos Ferreira, que está investigando a inserção acadêmica de mulheres na área da química.

INCT MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA VISITE O INCT FALE COM O OBSERVATÓRIO
A+ A- CONTRASTE

OBSERVATÓRIO Caleidoscópio
Observatório de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades
e Violências de Gênero e suas Múltiplas Inerências

Q

COORDENAÇÕES ▼
EQUIPE
EQUIPAMENTOS ANTIVIOLENCIA
PUBLICAÇÕES ▼
PODCASTS ▼
INDICADORES E TRAJETÓRIAS ▼
NOTÍCIAS

Início >

Indicadores

Indicador

Ciências Exatas – Subárea Matemática: Mulheres são maioria no Mato Grosso do Sul

Pesquisa liderada pela Profa. Dra. Marinete Zacharias Rodrigues, no projeto [...]

Indicador

Carreiras: Ciências Biológicas e da Saúde (2015-2023)

Por Lia Gomes Pinto de Sousa Embora as mulheres sejam [...]

05 DEZ 2024

Indicador

É crescente e continua a proporção de mulheres com título de doutorado no Brasil

Por Mirlene Simões Desde 2003 as mulheres passaram a ser [...]

Fonte: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/indicadores/>

pesquisa, e está em constante atualização (disponível em: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/plataformas-abertas/>). Ainda como subsídio para a pesquisa, a equipe interna do Observatório recebeu um treinamento preliminar para o uso do software AIP, desenvolvido por Rebeca Feltrin. A ferramenta permite identificar o perfil interseccional de uma coletividade de indivíduos cujos dados podem ser extraídos de diferentes bases de dados, e estará hospedado em nossa página em breve. O sítio disponibiliza também um Repositório bibliográfico de estudos feministas, de gênero e de mulheres, que está sendo revisto e ampliado com base em um projeto de pesquisa (em elaboração) visando ao aprofundamento do levantamento e sua organização temática (bibliografia inicial disponível em: <https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/bibliografia-geral/>). Para essa tarefa, contamos com uma bolsista de graduação da Unicamp (Isabella Souza Camargo) e uma segunda aluna que aguarda aprovação no sistema Pibic/CNPq, sob orientação da profa. Maria Margaret Lopes e coorientação de Lia Gomes P. Sousa.

Em outubro de 2024 encerramos as atividades com as bolsistas do Ensino Médio – iniciadas no ano anterior com o projeto “Equidade e Diversidade Racial, de Gênero e Sexualidade na Produção do Conhecimento Científico e Artístico” (Pibic-EM 302/23), sob orientação de Karla Bessa – quando produzimos o documentário *CientistAS*, com base nas reflexões e entrevistas conduzidas pelas alunas com suas professoras de escola. O documentário será disponibilizado na plataforma Youtube do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e do INCT Caleidoscópio. Além dessa experiência de criação audiovisual e produção de conhecimento, elas apresentaram pôster no XXXII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp, vivenciando a participação e exposição de trabalho em evento científico.



Lia Sousa e estudantes de Iniciação Científica do ensino em Congresso da Unicamp. Foto: Arquivo Observatório Caleidoscópio Nucleação Sul-Sudeste.

O 1º Seminário de Pesquisa do Observatório Sul Sudeste do INCT Caleidoscópio, iniciado em abril de 2024, teve continuidade no 2º semestre do mesmo ano e também em 2025, em sua segunda edição. Estes seminários configuram, ao mesmo tempo, uma atividade de extensão conjunta entre as Universidades Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e uma importante forma de debate de pesquisas que estão em andamento na nucleação Sul/Sudeste do Observatório Caleidoscópio, com convidadas que estejam desenvolvendo pesquisas em temáticas similares. A dinâmica dos encontros consiste em debates de pesquisas sobre o eixo temático 1- Assédios e outras violências de gênero nas IES brasileiras e quais os equipamentos e mecanismos institucionais existentes para enfrentamento das denúncias e políticas de prevenção; e eixo temático 2- Levantamento e análises de dados e Indicadores de equidade, diversidade e inclusão interseccional de mulheres nas ciências. Abaixo, segue um breve resumo das apresentações, que estão disponíveis na íntegra no nosso [YouTube](#). Maiores informações sobre as apresentações também podem ser acessadas em [nosso site](#).

Seminários - 2º semestre / 2024

22/08 - Mulheres na ciência do solo no Brasil: um recorte histórico acadêmico e profissional por Beatriz Wardzinski Barbosa (UFSC) e **Normas de Gênero e Política Institucional em Universidades** por Grazielly Alessandra Baggenstoss (UFSC)

Ciências Agrárias, a fim de compreender a diversidade demográfica nesta área. “O único estudo que abordou sobre etnia e raça mostra que a ciência do solo é uma das piores em questão de diversidade e fica muito atrás de outras disciplinas das Ciências Naturais e da Terra”, comentou. Com sua tese, a pesquisadora identificou que 66% dos estudos com enfoque em gênero foram publicados em um período de 10 anos, entre 2012 e 2022, sendo que metade dessas publicações são de 2016 em diante, mostrando que as discussões de gênero são bem recentes. Grazielly Alessandra Baggenstoss debateu o tema Processos de subjetivação de mulheres no curso de Direito. Com base em entrevistas realizadas com estudantes e professoras de um curso de Direito e com pessoas ligadas à administração de uma universidade da região sul do Brasil, Grazielly buscou analisar, numa relação entre micropolítica e macropolítica, as relações de poder e as normas de gênero construídas neste espaço institucional.

“As relações que foram analisadas foram relações de poder-saber, com uma base foucaultiana, dentro de um determinado território que justifica a existência dessas relações, em que eu também analisei o discurso jurídico e, uma questão muito importante, que é o ocultamento do sujeito que enuncia alguma vontade, que enuncia alguma direção. No Direito, alunos e alunas são configurados e sua subjetividade toda vai se constituir para que aprendam a falar em nome da autoridade. Então, nesse sentido, muitas vezes, a questão de quem esse sujeito é, individualmente colocado, vai se alijar a favor de um sujeito universal, que é o sujeito que a norma vai defender”, relatou.

A pesquisadora e professora de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina analisou os processos de subjetivação de estudantes e professoras e as políticas institucionais implementadas pelas universidades para enfrentar situações de discriminação e violências diversas no âmbito institucional.

25/09 - Mulheres nas Ciências do Mar: Estudo de caso sobre o campo e sobre os programas de pós-graduação no Brasil por Adriana Lippi (Unifesp) e **Mecanismos institucionais para o enfrentamento das desigualdades e violências de gênero em universidades brasileiras** por Neiva Furlin (Unoesc)

A pesquisadora Lippi afirma que o aumento no número de mulheres nas Ciências do Mar não representa necessariamente um avanço. De acordo com dados do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), de 2009 a 2022, as mulheres representavam cerca de 56,17% das pessoas graduadas em oceanografia, de um total de 3.292 pessoas. No entanto, como mostrou Adriana em sua pesquisa, quando observado a progressão da carreira, a presença das mulheres vai diminuindo. Com base na coleta e análise de dados de 36 Programas de Pós-graduação em Ciências do Mar do país, Adriana demonstrou que, em números absolutos, a presença de mulheres docentes vem aumentando em vista do aumento do número de cursos de pós-graduação. Porém, quando observado o percentual comparativo entre homens e mulheres, a presença das mulheres fica mais estagnada, indo de 28,8% para 31,8%, tendo um aumento de apenas dois pontos percentuais em um período de 15 anos.

“A gente fez uma análise, uma ilustração do efeito Leaky Pipeline, que seria: se a gente considerar a progressão de carreira como um encanamento, a gente nota que as mulheres estão vazando desse encanamento ao longo da progressão. Então, de pessoas tituladas como graduadas, com graduação nas Ciências do Mar, a gente tem 54% delas mulheres. Quando a gente abre a etapa de doutoras, as tituladas são 47%; mas, na docência, a gente vê as docentes com só 28% do corpo docente de pós-graduação”, relatou Adriana.

violências de gênero em universidades brasileiras. A pesquisa, realizada pela docente com ajuda de estudantes de Iniciação Científica, visou mapear os mecanismos institucionais criados em universidades brasileiras para a prevenção e enfrentamento às violências de gênero. Ao todo, foram 124 universidades mapeadas, sendo 69 universidades federais, 23 universidades estaduais das regiões Sul e Sudeste e 32 universidades comunitárias da região Sul.

“Quando olhamos para as IES que possuem algum mecanismo, das 69 federais, 40 tinham, e somando todas as políticas, não só de enfrentamento das violências e prevenção, mas para a igualdade de gênero, ações afirmativas de gênero, encontramos 51 mecanismos (algumas universidades tinham mais de um). No entanto, quando observamos somente as ações para o enfrentamento às violências e prevenção, das 124 universidades mapeadas, encontramos apenas 31 mecanismos, presentes em menos de 25% das universidades”, mostrou Neiva durante o evento.

25/10 - Onde estão as mulheres no IFPR: achados do projeto de pesquisa ‘Meninas, mulheres e ciências no IFPR’ por Joyce Muzi (IFPR) e **Mães, crianças e ensino superior: notas etnográficas sobre políticas de cuidado na educação do campo** por Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa)

Joyce Muzi apresentou alguns resultados do Projeto "Meninas, Mulheres e Ciência no IFPR", destacando a importância do debate para a diminuição dos preconceitos e violências contra meninas em turmas majoritariamente compostas por meninos. A pesquisa foi desenvolvida e coordenada pelas professoras Gabriela Chicuta Ribeiro e Joyce Luciane Correia Muzi desde 2020. Com auxílio de bolsistas e estudantes voluntárias, a pesquisa tem produzido, sistematizado e analisado dados sobre a presença e permanência de meninas nos cursos técnicos integrados de nível médio no IFPR Campus Curitiba e, também, a presença de mulheres na docência das áreas técnicas e na gestão da instituição, levando em conta os cargos ocupados.

“No Paraná inteiro são 161 cursos ofertados. Só no campus Curitiba são 6.585 estudantes, à distância e presencial, e 45 cursos. Eu vou me centrar quase sempre nos oito cursos técnicos integrados do ensino médio, onde atualmente estudam 1.210 estudantes do primeiro ao terceiro ano em seis cursos, do primeiro ao quarto ano em outros dois cursos, que têm quatro anos de duração”, explicou a professora.

Entre os cursos analisados, Joyce chamou a atenção para a maior presença de meninas nos de Administração, Contabilidade e Processos Fotográficos, enquanto a menor presença delas se dá nos de Programação de Jogos Digitais, Mecânica e Informática.

A pandemia de Covid-19 impactou diversos âmbitos da nossa vida, pessoal e profissionalmente. Este impacto, no entanto, foi ainda maior para mulheres responsáveis por pessoas que precisam de cuidado, como crianças, idosos e doentes. A pesquisa de Suzana Cavalheiro de Jesus se propôs a investigar de que forma o período da pandemia de Covid-19 transformou a rotina de estudantes mães no campus de Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Rio Grande do Sul.

“A pesquisa, que intitulei ‘Mães, crianças e Ensino Superior: notas etnográficas sobre políticas de cuidado na Educação do Campo’, buscou compreender de que formas o ensino escolar remoto impacta o cotidiano de crianças e mães (universitárias) que vivem em um quilombo e em uma aldeia indígena”.

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

escolar) que vivem em áreas rurais da campanha gaúcha e em uma terra Indígena do Norte do estado do Rio Grande do Sul e analisar conjuntamente os registros realizados, com vistas a compreender as dinâmicas do espaço doméstico e do ensino escolar remoto, no período de pandemia de Covid-19.

28/11 - Estudos Radiofônicos com Perspectivas de Gênero: um olhar para a produção científica brasileira por Debora Cristina Lopez e Juliana Gobbi Betti (Ufop) e **Assédio moral e sexual nas universidades federais brasileiras: apuração e prevenção** por Maria Eduarda de Souza (UFSC)

Com o objetivo de analisar a presença das mulheres como autoras e referências na produção científica radiofônica brasileira, as pesquisadoras Debora Cristina Lopez e Juliana Gobbi Betti buscaram quantificar e qualificar trabalhos acadêmicos publicados nos principais grupos de comunicação radiofônica no Brasil, que fazem parte da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). No total, foram analisadas 21 edições da Compós, 13 da Alcar e 29 da Intercom. Ao levantar as publicações e categorizar por tipo de autoria (individual ou coletiva), origem dos autores, vinculação institucional, gênero textual citado e data da publicação, além de sistematizar a autoria das citações em cada um dos textos, as pesquisadoras perceberam que, apesar da presença de mulheres ser majoritária neste campo de estudos, os homens ainda são os mais citados nos trabalhos científicos.

“Embora a maioria das lideranças de pesquisa radiofônica sejam femininas, quando analisamos a construção do conhecimento e da mulher como ser pensante, capaz de avançar o campo, os homens apareciam muito mais destacados”, explicou Débora, durante a apresentação no Seminário.

Maria Eduarda de Souza, realizou um estudo sobre como os casos de assédio são tratados nas universidades.

“O assédio faz parte do cotidiano universitário e ainda é uma prática muito invisibilizada, muitas vezes não sendo identificado como uma violência por conta do fato de que a Lei 8.112/1990, que trata do Regime dos Servidores Públicos do Brasil, não tipificar o assédio como uma conduta passível de punição”, explica Maria Eduarda

O estudo levantou o número de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) abertos nas universidades federais brasileiras entre 2014 e 2024, buscando identificar quatro fatores principais com relação às manifestações registradas nas instituições: qual a destinação para as denúncias realizadas, quantas delas viraram PADs, as penalidades aplicadas nos casos dos assédios moral e sexual serem configurados nos PADs e as medidas de combate e prevenção que foram adotadas pelas universidades.

Com relação aos resultados obtidos, 58 federais responderam sobre assédio moral, somando 450 PADs abertos para apuração da denúncia entre 2014 e 2024. Já com relação ao assédio sexual, foram 59 que responderam à pergunta, totalizando 303 PADs abertos no mesmo período. Apesar do expressivo número de Processos Administrativos abertos para apurar os casos de assédio, a maioria não gerou nenhuma punição aos supostos agressores.

Nos casos de assédio moral, 106 PADs terminaram arquivados, 27 resultaram em suspensão do servidor, 23 em advertência, 15 em assinatura de termo de ajustamento de conduta e 8 em demissão. Já nos casos de assédio sexual, 52 PADs foram arquivados, 38 resultaram em

melhor os mecanismos de detecção do assédio moral e ainda não conseguem definir com clareza as práticas que envolvem os assédios sexuais, levando assim à impunidade ou até mesmo à negligência.

Demos continuidade também à realização de entrevistas para a produção do Podcast *Trajetórias Feministas de Pesquisa* e inauguramos o quadro [Conversatório Caleidoscópio](#), dedicado ao lançamento de obras e debate com autoras. Os últimos podcasts foram com a Dra. Rosaly Lopes, geóloga planetária, vulcanóloga e astrônoma do Jet Propulsion Laboratory (JPL/NASA) e com a profa. Dra. Silvia Figueirôa, geóloga, historiadora da ciência e ganhadora do prêmio internacional Mary C. Rabbitt History and Philosophy of Geology Award (2024). Ambas as entrevistas ocorreram presencialmente no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e foram conduzidas pelas pós-doutorandas Lia Sousa e Mirlene Simões. O quadro de lançamento foi com a Dra. Maria Rosa Lombardi, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e autora do livro *Gênero e os trabalhos das mulheres: percursos de uma trajetória de pesquisa* (São Paulo: FCC, 2024).

Outras atividades de trocas coletivas foram duas reuniões gerais com as integrantes do INCT, nas quais realizamos a Transferência de experiência do Observatório Caleidoscópio coordenação Sul-Sudeste e da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal, pelas quais cada uma das iniciativas pioneiras ofereceram subsídio para o desenvolvimento de suas congêneres nas demais coordenações. Por fim, participamos do 1º *Encontro da Rede de Observatórios sobre as Mulheres*, organizado pelo Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade/Fundação João Pinheiro (Egedi/FJP) e OBSERVAMinas - Observatório Interseccional de Gênero de Minas Gerais, com apresentação de trabalho coletivo sobre o Observatório Caleidoscópio por Margaret Lopes. O evento ocorreu nos dias 31 de março e 1 de abril de 2025, e foi uma iniciativa de integração dos diferentes Observatórios existentes no país, seja de gestão governamental ou acadêmica. A notícia do evento foi publicada em nosso [site](#) e apresentada com mais detalhes neste boletim por Mirlene Simões.

A equipe da coordenação Sul/Sudeste é composta pelas professoras: Joana Maria Pedro, Karla Adriana Martins Bessa e Maria Margaret Lopes; e pelas pós-doutorandas Lia Gomes Pinto de Sousa, Mirlene Simões e Morgani Guzzo.

Referências:

PAINÉIS DE DADOS — *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Disponível em:

<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/paineis-de-dados>

PLATAFORMA Acácia – *Genealogia acadêmica do Brasil*. Disponível em: <https://plataforma-acacia.org/>

Indicadores e trajetórias nas ciências biológicas no Brasil a partir dos anos 1950. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, 20(38), 504–528. <https://doi.org/10.30612/rehr.v20i38.19142>



Lia Gomes Pinto de Sousa é pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2004), mestrado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2009) e doutorado pela mesma instituição (2023).



Karla Bessa é vice-coordenadora do INCT Caleidoscópio. Coordenadora Associada do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Multimeios (Instituto de Artes) e do Doutorado em Ciências Sociais (IFCH) na mesma instituição. É graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), Mestre (1994) e Doutora (2000) em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.



Maria Margaret Lopes é membra do Comitê Gestor do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Geologia pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993) e Livre Docência em História das Ciências pela Universidade Estadual de Campinas (2002).



Joana Maria Pedro é Membro do Comitê Gestor do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1972), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002, e também nos Estados Unidos, na Brown University entre 2016 e 2017.

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate](#) ▼

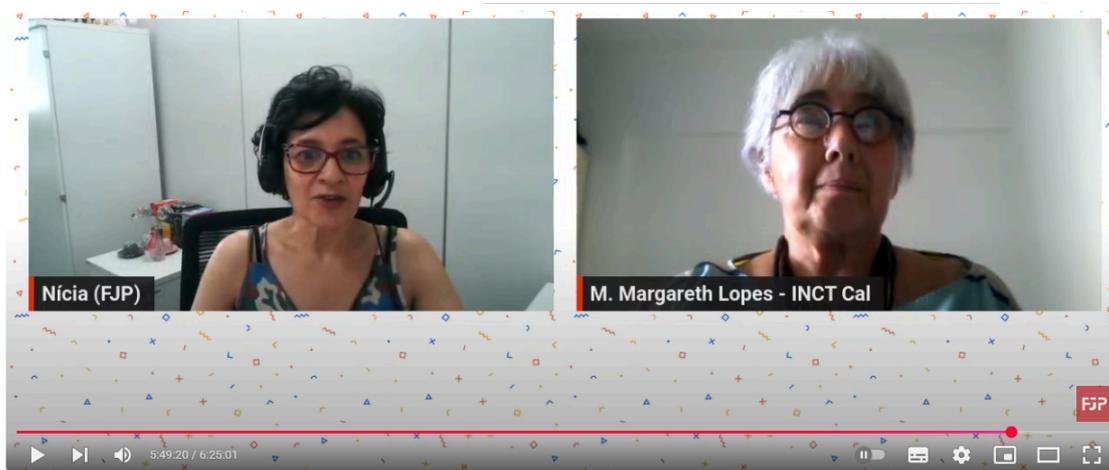
Morgan Gazzo é Pós-doutoranda do INCT Caleidoscópio. Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro-PR), e graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma Universidade (2010).



Mirlene Fátima Simões é Pós-doutoranda no INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Ciências Sociais (2001) pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, Mestrado (2006) e Doutorado (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara.



INCT Caleidoscópio participou do Primeiro Encontro Nacional De Criação da Rede de Observatórios sobre Mulheres



1º Encontro da rede de observatórios sobre as mulheres



Fundação João Pinheiro Oficial
8.55K subscribers

[Subscribe](#)

42



Share

Download

Clip

Save



1º Encontro da rede de observatórios sobre as mulheres. Imagem: Karla Bessa.

Mirlene Fátima Simões, Unicamp, mirlenefatimasimoes@gmail.com

Maria Margaret Lopes, Unicamp, mariamargaretlopes@gmail.com

O primeiro encontro para a criação da Rede de Observatórios sobre Mulheres aconteceu em 31 de março de 2025. O evento foi organizado pelo Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e

Esse encontro teve como objetivo promover um espaço de troca de conhecimentos e experiências entre os observatórios, e propor a construção de uma rede de observatórios. Cada observatório apresentou sua experiência, destacando suas práticas, potencialidades e os desafios enfrentados.

O INCT Caleidoscópio - Observatório Caleidoscópio foi apresentado pela Profa. Margarete Lopes, com destaque para as ações que estão em desenvolvimento, assim como seus objetivos e pesquisas desenvolvidas.

O encontro foi organizado em dois momentos: observatórios vinculados às esferas públicas estadual e federal (departamentos, secretarias, ministérios, câmaras legislativas e senado federal) e um outro momento com os observatórios estruturados a partir das universidades.

O debate foi profícuo e como desdobramento foi organizada uma comissão para estruturação da rede de observatórios, com a tarefa de reunir mensalmente a rede e propor agendas compartilhadas. Além disso foi publicado os anais deste primeiro encontro, com as apresentações de cada participante e também o detalhamento do trabalho de cada observatório. Os textos podem ser acessados [aqui](#).

A primeira reunião, como desdobramento da organização da rede, aconteceu no dia 06 de maio, e foi chamada como reunião geral da rede de Observatórios. Participaram pelo Observatório do INCT- Caleidoscópio a Profa. Dra. Tchella Fernandes (UNB), a Pós-Doc Mirlene Simões (UNICAMP), e a Doutoranda Flávia Belmont (UNB).

A reunião foi conduzida pela Camila Firmino do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - Ministério das Mulheres, que apresentou a seguinte proposta para as discussões: 1) pensar em quais são os objetivos da rede de Observatórios; 2) pensar na composição da rede; 3) definir os princípios da rede, tendo como base a política pública para mulheres; 4) criar rede de produtos com o objetivo de orientar políticas públicas para mulheres, tendo um objetivo geral e específicos; 5) pensar em orientar por evidências as políticas para mulheres e, por fim, 6) constituir um comitê gestor em torno de uma rede compartilhada de ações e decisões.

De todos os debates, a Maria Clara da Fundação João Pinheiro, Tchella Fernandes e Mirlene Simões do Observatório Caleidoscópio propuseram incluir: 1) proposta de fomento para a Rede, com captação de recursos, 2) a deliberação de um calendário de reuniões periódicas; 3) a criação de protocolo de coleta de dados para ser ofertado na rede (trocas de experiências e de pesquisas); 4) uma metodologia colaborativa para a análise e comparações das políticas públicas existentes.

Subscribe

Past Issues

Translate ▾

primeiro encontro . Ficou definida uma Audiência Pública no Senado Federal, organizado pelo Observatório da Mulher contra a Violência na data de 02 de julho de 2025. No dia 03 de julho será realizado o 3º encontro da Rede de Observatórios, a primeira reunião presencial da rede. Participam da rede, quatorze observatórios. Abaixo segue os nomes e os respectivos links de acesso aos seus sites.

1º Encontro da rede de observatórios sobre as mulheres

Fundação João Pinheiro Oficial
8.55K subscribers

Subscribe

42

Share

Download

Clip

Save

Maria Margaret Lopes apresenta Observatório Caleidoscópio durante encontro. Imagem: Karla Bessa.

Observatórios que integram a rede

INCT Caleidoscópio - Observatório Caleidoscópio

<https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/>

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero - Governo Federal

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero>

Observatório da Mulher contra a Violência - Senado Federal:

<https://www12.senado.leg.br/institucional>

Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) - Câmara Federal

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica>

Observatório Maria Beatriz Nascimento - Governo SE

[https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNzY3NTI5MDctN2RjMS00MDkzLWE0M2UtZTZlOGZmMTIzMDRklwiidCI6IjgwOTE2N2FiLTZlNGMtNGY4YS04Mjg2LTQyMWlyZGJmZWVjYSJ9)

[r=eyJrljoiNzY3NTI5MDctN2RjMS00MDkzLWE0M2UtZTZlOGZmMTIzMDRklwiidCI6IjgwOTE2N2FiLTZlNGMtNGY4YS04Mjg2LTQyMWlyZGJmZWVjYSJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNzY3NTI5MDctN2RjMS00MDkzLWE0M2UtZTZlOGZmMTIzMDRklwiidCI6IjgwOTE2N2FiLTZlNGMtNGY4YS04Mjg2LTQyMWlyZGJmZWVjYSJ9)

Observatório Mulher - Governo ES

<https://ijsn.es.gov.br/observatorios/observatorio-mulheres>

Observatório da Violência contra a Mulher e Femicídio do DF - Governo DF

<https://www.observatoriodamulher.df.gov.br/>

Observatório da Violência Contra a Mulher SC – ALESC

<https://ovm.alesc.sc.gov.br/>

Observatório de Violência de Gênero – MPAC

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

[20\(OBSG%C3%AAnero\)%2C%20%C3%B3rg%C3%A3o%20auxiliar%20do,g%C3%AAnero%20n o%20Estado%20do%20Acre.](#)

OBSERVA Minas - Governo MG

<https://fjp.mg.gov.br/observaminas/>

Observatório Ministério Público do Acre

<https://feminicidometro.mpac.mp.br/>

Observatório Mulheres da UFSCar

www.observatoriomulheres.ufscar.br

Observatório dos Direitos das Mulheres dos Vales Jequitinhonha e Mucuri

[https://www.facebook.com/ODMVJM?hc_ref=ART1yqyNINZ3jW4a-](https://www.facebook.com/ODMVJM?hc_ref=ART1yqyNINZ3jW4a-Qqd5fkN8QWWLzWvXrc0FxfOoy7gQgYwrpxPMYFe_ZKnZ-KHwbw#)

[Qqd5fkN8QWWLzWvXrc0FxfOoy7gQgYwrpxPMYFe_ZKnZ-KHwbw#](https://www.facebook.com/ODMVJM?hc_ref=ART1yqyNINZ3jW4a-Qqd5fkN8QWWLzWvXrc0FxfOoy7gQgYwrpxPMYFe_ZKnZ-KHwbw#)

Observatório de Gênero e Diversidade na América Latina e Caribe - UNILA:

<https://latinno.net/pt/case/15097/#:~:text=O%20Observat%C3%B3rio%20monitora%20o%20cum>

[primento,conta%20na%20formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas.](https://latinno.net/pt/case/15097/#:~:text=O%20Observat%C3%B3rio%20monitora%20o%20cum)



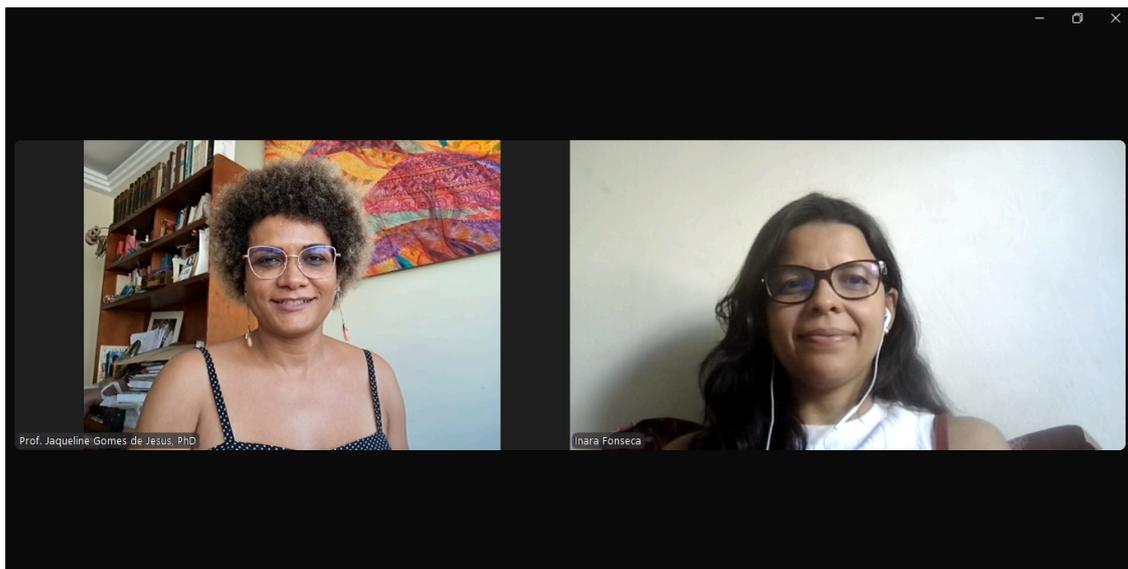
Mirlene Fátima Simões é Pós-doutoranda no INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Ciências Sociais (2001) pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara, Mestrado (2006) e Doutorado (2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara.



Maria Margaret Lopes é membra do Comitê Gestor do INCT Caleidoscópio. Possui graduação em Geologia pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993) e Livre Docência em História das Ciências pela Universidade Estadual de Campinas (2002).



Falar de gênero, raça, sexualidade, já é algo possível. Pensar em efetivar essa inclusão ainda não é consenso



Jaqueline Gomes de Jesus e Inara Fonseca durante conversa via videoconferência. Imagem: Inara Fonseca

Inara Fonseca, Unicamp, inarafferreira@gmail.com

Com uma trajetória marcada por pioneirismo, resistência e produção intelectual, Jaqueline Gomes de Jesus é uma das vozes mais importantes do ativismo pelos direitos das pessoas trans no Brasil. Psicóloga, professora, pesquisadora e escritora, ela fez história ao se tornar a primeira mulher trans a receber o Prêmio Bertha Lutz, concedido pelo Senado Federal a mulheres que se destacam na luta pela igualdade de gênero.

Nesta conversa, Jaqueline fala um pouco sobre sua caminhada pessoal, a importância de políticas afirmativas para a população trans e como a convivência pode ser uma ferramenta de transformação social.

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate](#) ▼

em termos psicossociais que é forçar a convivência. Porque forçar essa convivência é uma forma de diminuir as distâncias. As distâncias não são só físicas. Elas estão no imaginário, no afeto. Quando você é obrigada a conviver, você é obrigada a repensar e a reviver aqueles estereótipos que você tinha sobre as pessoas”, explica Jaqueline.

Além disso, ela também aborda sobre o dia histórico em que recebeu o Prêmio Bertha Lutz e sobre o seu livro “**Transfeminismo: Teorias e Práticas**”, obra que se tornou referência nos debates sobre gênero, interseccionalidade e justiça social.

Confira!



Jaqueline Gomes de Jesus na inauguração da sede física do INCT Caleidoscópio na UnB. Imagem: Arquivo pessoal da entrevistada.

Inara Fonseca: Jaqueline, pra começarmos esse papo, você pode contar um pouco sobre a sua trajetória, tanto pessoal quanto acadêmica?

Jaqueline Gomes de Jesus: Eu nasci em Brasília, em 1978. Sou filha de uma professora, minha mãe foi a primeira pessoa da família a entrar na universidade, ela foi uma das primeiras professoras da época, no Brasil, que tinha o nível superior. Que estudaram, né? Fizeram academia, porque em geral as professoras eram normalistas. Meu pai é operador de computador. Ele é aposentado, minha mãe faleceu quando eu tinha 19 anos. Então, eu tenho uma experiência muito grande com a educação desde pequena, né? Sempre convivi em sala de aula. Sempre tive essa experiência, esse contato com a educação. Minha família é uma família migrante. Minha família materna mudou de Minas para construir Brasília, meu pai se mudou de Sergipe para Brasília. Então, tem esse aspecto na migração na nossa história. Nasci em Brasília, cresci na periferia de Brasília, no setor da Ceilândia. Minha base eu resumiria nisso.

população trans e negra. O que você acha que fez diferença no teu caminho? Foram políticas públicas de acesso e permanência? Apoio da família?

Jaqueline Gomes de Jesus: Sim, o meu caso é muito diferente da trajetória de tantas outras pessoas, né? E por várias questões, a minha família tem uma história, isso é uma coisa muito boa, de aprendizado com essas situações de racismo, a gente tem uma experiência de ser negra há séculos, né? Quando fiz a árvore genealógica da minha família eu estava na graduação. E os documentos que eu peguei do lado materno em Santo Antônio, Minas, mostram que no século XIX eles já eram retratados como família de mulatos. Então, o que eu interpretei é que a família já tem uma experiência muito grande de criar estratégias de resistência. Eu já sabia desde a infância, minha mãe sempre me falava para tomar alguns cuidados com relação à aparência. Para ela ascender teve que se sujeitar a muitas situações, como alisar o cabelo. Hoje as pessoas podem achar estranho, mas era estratégia daquele período. Também tem o ponto da formação da educação. Minha família sempre entendeu que a educação era fundamental. Principalmente porque a gente vem de origem periférica, né? A gente não é herdeiro, não tem outro caminho. E o carinho, o cuidado da família, minha família sempre cuidou muito de mim, se preocupou muito. Eu acho que o apoio da família foi fundamental em tudo. Então, no meu caso é isso.

Inara Fonseca: No INCT Caleidoscópio nós debatemos e pesquisamos sobre a universidade que a gente sonha, mais justa, mais diversa, mais equitativa... Queria te perguntar: que tipo de universidade você acredita?

Jaqueline Gomes de Jesus: Eu tenho um capítulo de livro nesse sentido, que foi fruto de uma palestra que dei numa conferência e esse capítulo se chama "*As guerras de pensamento não ocorrerão nas Universidades*". E também uma outra reflexão que eu fiz, muito baseado no que eu penso sobre a psicologia das oprimidas. O que acontece? Eu te diria assim, resumindo um pouco esse pensamento. Eu acho que a gente dá muita importância a universidade. E é importante, sim, pensar na universidade, tá? Mas eu acho que, nesse espaço, a gente perde um pouco a compreensão de que a universidade não vai resolver tudo. Ela é importante, ela é necessária, mas ela não é suficiente. Eu não sei o tipo de universidade que eu gostaria, eu sei que eu gostaria que a gente faça uma meta de inclusão, de valorização, de democratização - que é, resumindo, difícil no modelo de universidade que nós temos, que é apoiada na ideia de meritocracia. Porque a universidade atual está ligada ao fato de que esse recurso é escasso e que por várias razões, não só por vocação ou por interesse, nem todo mundo vai querer estar nesse lugar e não tem que estar. É isso que eu quero dizer. A gente produz conhecimento em todo lugar que o ser humano está, por diferentes métodos. No caso da universidade, a proposta é que seja da perspectiva científica, né? É. Mas a gente tem outros modelos, espaços de pensamento e produção, fundações, institutos. E temos que aproveitar mais. Acho que está mal aproveitado. É importante, é necessário que a gente se abra mais, tenha mais abertura, mas não cair numa ilusão de uma falsa democracia, de uma falsa abertura total, porque vai ser impossível. Eu estou sempre trabalhando, para que a gente tenha mais mais inclusão e que possamos potencializar aquilo que é possível, seja na universidade, seja no Instituto Federal, seja onde há uma uma instituição cuja função é maximizar esses recursos que nós usamos para a produção

Inara Fonseca: Em alguns dos seus trabalhos, você destaca que as ações afirmativas não são só sobre justiça social, mas também sobre como a convivência transforma o jeito que a gente pensa. Quería te ouvir mais sobre isso, como você enxerga essa mudança no cotidiano?

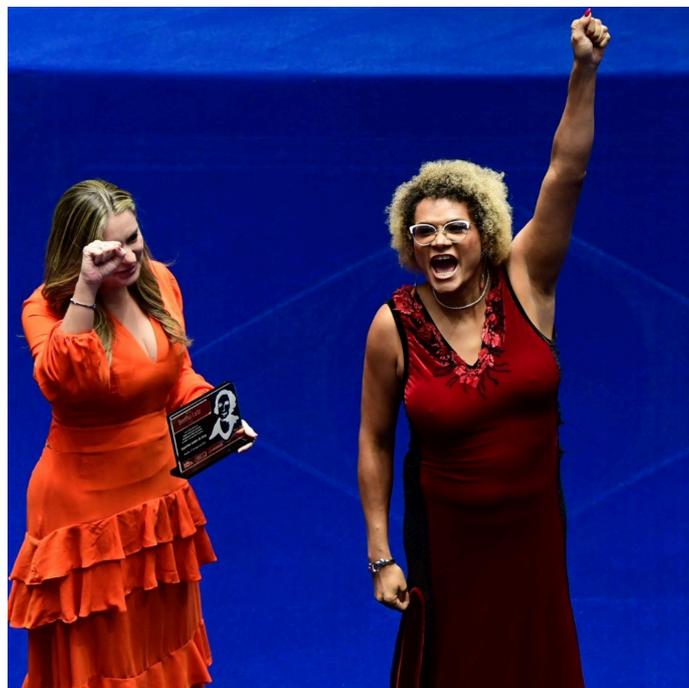
Jaqueline Gomes de Jesus: Claro, eu tenho um artigo sobre isso e a ideia da do desafio da convivência é o que move esse artigo que fala da minha experiência lá na gestão das cotas. Que é isso, a gestão da convivência. Eu elaboro na prática a minha visão de que o mais importante, e é uma perspectiva psicossocial mesmo das ações afirmativas, não é só a justiça social, mas é sobretudo uma coisa muito básica em termos psicossociais que é forçar a convivência. Porque forçar essa convivência é uma forma de diminuir as distâncias. As distâncias não são só físicas. Elas estão no imaginário, no afeto. Quando você é obrigada a conviver, você é obrigada a repensar e a reviver aqueles estereótipos que você tinha sobre as pessoas. Principalmente quando há uma gestão, porque a gestão vai maximizar isso. Vai ajudar a pessoa repensar sobre a relação com aquela pessoa e um pouquinho sobre o grupo que a pessoa faz parte, quando é um grupo que ela não convive ou ou é um grupo historicamente discriminado. Mas é preciso uma gestão. Agora, sem essa convivência, que é ação afirmativa que faz, principalmente as cotas, não tem como fazer a gestão. No artigo, eu explico como foi a experiência lá na UNB de receber novos estudantes, milhares, sendo que havia uma ou outra pessoa negra e de repente são centenas, são milhares. Como trabalhar essa gestão? Como foi essa experiência naquele contexto? Porque, para mim, o fundamental para poder ver as mudanças futuras, é que de fato as pessoas comecem com o fortalecimento da sua empatia. Se elas não tiverem empatia, não vão ter solidariedade. E aí a solidariedade vai ser só um discurso em nível social, em nível institucional. Isso é só um discurso, só algo escrito, prescrito, um texto. Então, essa convivência, ela é extraordinária, ela é fundamental. Não vai resolver tudo, mas sem ela a gente não consegue aproximar as pessoas para poder fazer uma gestão que no fim permita a inclusão. Sem ela não tem inclusão, que a inclusão, bem resumidamente, é a ideia de que todo mundo vai poder contribuir para o resultado final daquela organização, daquela instituição, sem se preocuparem muito em ficar protegendo sua identidade a toda hora de ataques. Elas vão poder contribuir e a gente vai ter uma equipe que é mais criativa, que traz resultados melhores a médio e longo prazo.

Inara Fonseca: Neste ano, a implementação de políticas afirmativas para pessoas trans na Unicamp tem gerado bastante resistência. Na tua visão, de que forma as cotas nas universidades públicas podem fortalecer a luta por mais equidade de direitos para população trans?

Jaqueline Gomes de Jesus: As cotas para pessoas trans são fundamentais na luta por equidade, porque elas abrem o acesso para que pessoas que, em geral, não estão dentro da universidade ou não são vistas lá, como as pessoas trans, sejam visíveis e que a partir dessa convivência haja uma mudança da cultura. Para mim em particular, pela minha leitura da questão psicossocial, o mais importante é a convivência que possibilita uma transformação na cultura para que a gente possa começar uma gestão com foco na inclusão. As cotas sozinhas, elas não trazem a inclusão, mas elas permitem que a gente comece a trabalhar pela inclusão e mude o

Inara Fonseca: Neste ano, você foi a primeira mulher trans a receber o Prêmio Bertha Lutz. Um marco! Qual importância individual e para luta coletiva de você ter recebido o prêmio?

Jaqueline Gomes de Jesus: Nossa, foi histórico! Foi muito importante ter sido a primeira a receber aquela medalha. Uma coisa que eu queria destacar é que uma das senadoras disse que todas as senadoras e senadores apoiaram as indicações das senadoras. Porque o diploma é uma concessão do Senado. As senadoras podem indicar, mas todos têm que votar e a bancada feminina em peso aprovou. Todas as indicadas pelas senadoras foram apoiadas. Eu achei fantástico. Ao mesmo tempo, que é interessante, porque eu acho que mostra que a gente avançou no sentido de um consenso, de algum nível, no Senado com relação a posições das mulheres, das senadoras. Entretanto, a senadora que falou, se eu não me engano foi a Soraya Thronicke, comentou que em geral ela tinha que parabenizar por toda a bancada ter apoiado e concordado, porém ela lamentava que em outras pautas não havia esse consenso. Por exemplo, quando elas trouxeram a pauta das cotas para mulheres na política, porque hoje a gente tem a reserva de vagas da nominata, na indicação dos partidos e não nos cargos públicos, quando elas trouxeram os parlamentares, inclusive algumas das senadoras que estavam ali, não apoiaram. Não apoiaram as cotas para mulheres. O argumento delas é que elas são contra cotas. Não importa quem, não queremos isso. Porque tem um imaginário negativo sobre ações afirmativas e mesmo que seja para mulheres e elas saibam que as mulheres precisam dessa inclusão. Então, o que que eu entendi? Falar de gênero, raça, sexualidade, falar da diversidade humana já é algo possível. Agora, pensar em efetivar essa inclusão ainda não é consenso.



Jaqueline recebendo o Prêmio Bertha Lutz. Foto: Saulo Cruz/Agência Senado.

Inara Fonseca: E pra fechar, você escreveu o primeiro livro em português sobre transfeminismo. Conta um pouquinho pra gente sobre ele? E qual você acha que é a importância de trazer esse

Jaqueline Gomes de Jesus: Transfeminismo, teorias e práticas. Primeiro livro em língua portuguesa sobre o tema que publiquei com colegas do Brasil e de Portugal. Ele foi fruto de discussões que já ocorriam no começo da década de 10 do século XXI. E que eu achava muito importante trazer da internet para a academia. Organizei no seminário Fazendo Gênero, de Florianópolis, em 2013, um debate, um simpósio temático e uma mesa redonda que eu participei. No simpósio foram enviados os trabalhos e uma parte desses trabalhos enviados compuseram o livro. Então, o livro veio de um convite dos melhores trabalhos, nem todos mandaram, mas os que mandaram foram publicados. E se tornou essa conjunção de trabalho e de reflexões sobre o que é transfeminismo na perspectiva do tupiniquim brasileira. Como nós trazemos um outro olhar sobre o que é o transfeminismo. Conscientes, na minha perspectiva, do feminismo negro que alimenta o transfeminismo e de que nós não estamos falando só de um feminismo pensado por e para pessoas trans. Na minha leitura, o transfeminismo fala de uma forma de ver o mundo que é herdeiro do feminismo negro, que dialoga com o feminismo lésbico e que aprende e que traz como herança o questionamento da objetificação dos corpos, da naturalização e da biologização da ideia de mulher, de homem. Que questiona a hierarquização de opressões e que dá um protagonismo para as falas, para as ideias de mulheres trans, travestis que vem há séculos resistindo a tudo isso. E que também considera a importância dos homens trans para repensar a masculinidade, incluindo, dos homens cis. E das mulheres trans, travestis para repensar a feminilidade, incluindo das mulheres cis. Dez anos depois surgiu outro livro sobre o transfeminismo, que é mais autoral. E temos visto frutos, né, ao longo dessas décadas.



Inara Fonseca é pós-doutoranda no INCT Caleidoscópio. Doutora em Estudos Interdisciplinares de Cultura pela Universidade Federal de Mato Grosso (2019). Possui graduação em Comunicação Social (2009), com habilitação em Jornalismo, e mestrado Interdisciplinar em Estudos de Cultura Contemporânea (2012), ambos pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Dicas Caleidoscópicas

Contextos de ocorrência da gravidez não

planejada em mulheres adultas

Organizador(a): Jussilene Jesus Sousa Boer, Edméia de Almeida Cardoso Coelho, Andriara Rodrigues Barros

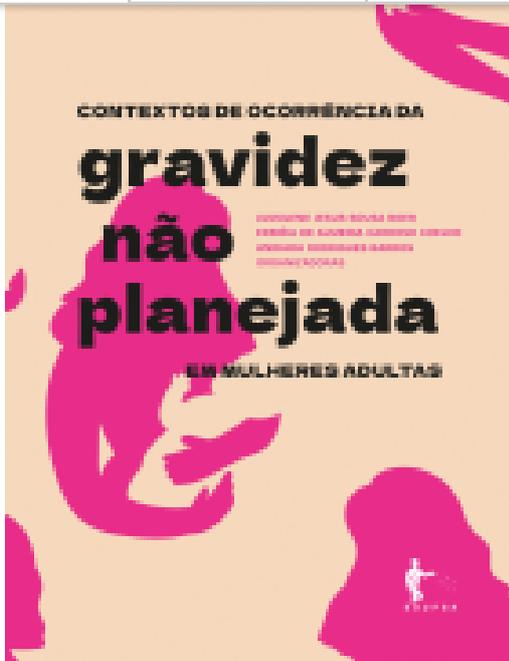
[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

Imagem: Editora da Universidade Federal da Bahia

ocorrência de gravidez não planejada em mulheres adultas sob o enfoque de gênero. Seus resultados revelam múltiplas interseções entre fatores que participam da ocorrência da gravidez não planejada, com forte presença das relações com o parceiro e com o serviço de saúde. As autoras reforçam que o acolhimento, o acesso à informação de qualidade e aos métodos contraceptivos assegurados nos serviços de saúde são essenciais para que os direitos reprodutivos sejam plenamente exercidos pelas mulheres.

[Saiba mais](#)

O pensamento feminista e os estudos de gênero: experiências na Escola de Enfermagem da UFBA

Por Sílvia Lúcia Ferreira, Enilda Rosendo do Nascimento e

Miriam Santos Paiva

Esta coletânea de artigos é integrante da Coleção Bahianas, uma parceria entre EDUFBA e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e visa analisar o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos da Saúde da Mulher (GEM) na Escola de Enfermagem da UFBA. A obra contextualiza a realidade do grupo que vem, há 20 anos, viabilizando projetos de intervenção feminista no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na capacitação de profissionais da Enfermagem e de outras áreas da saúde. Os capítulos que compõem o livro apresentam questões como: o engajamento político das docentes de Enfermagem, os projetos de

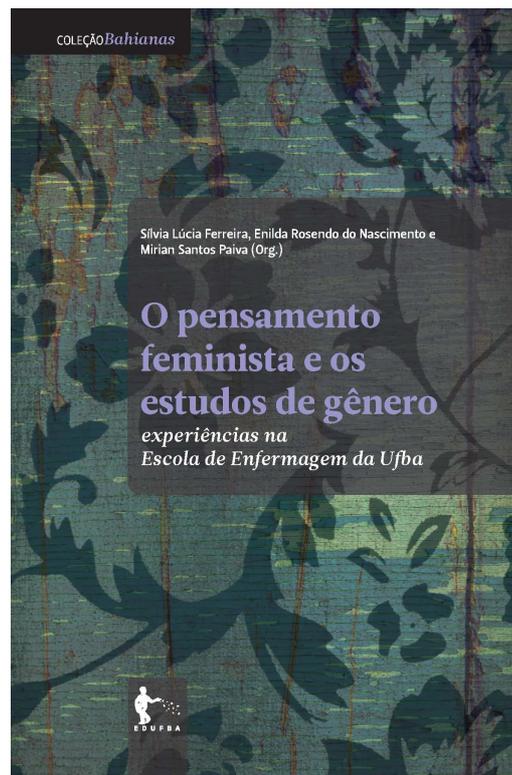


Imagem: Editora da Universidade Federal da Bahia

[Saiba mais](#)

Conferência - Aquilombamento como estratégia para fazer ciência



Imagem: Karla Bessa

Nesta conferência a professora da Universidade Federal de Goiás, Dra. Luciene de Oliveira Dias apresenta a sua pesquisa de pós-doutorado que está sendo desenvolvida na Universidad de Chile. Nesta pesquisa a professora desenvolve novas epistemologias, antirracistas, anticapacitistas, antipatriarcais, ou seja, os princípios do que a professora denomina “uma ciência livre”. Propõe, em conjunto com sua supervisora Maria Sol, que a interculturalidade e participação social são essenciais para se pensar as formas de conquistar uma saúde integral. A professora fala dos adoecimentos que têm marcado a produção de ciência no Brasil e propõe o aquilombamento como giro epistêmico para ressignificar a ciência. Dra. Luciene de Oliveira Dias é Professora Associada da Universidade Federal de Goiás (UFG), com atuação no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS/UFG) e no Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais (PPGPC/UFG). Pesquisadora Coordenadora do Pindoba - Grupo de

[Subscribe](#)[Past Issues](#)[Translate ▼](#)

se a pesquisas sobre relações etno-raciais, de gênero e de sexualidades, em interlace com os estudos de Antropologia, Performances Culturais e Comunicação. É autora do livro Aquilombamento disponível integralmente para acesso a partir do link: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Aquilombamento.pdf>

Saiba mais

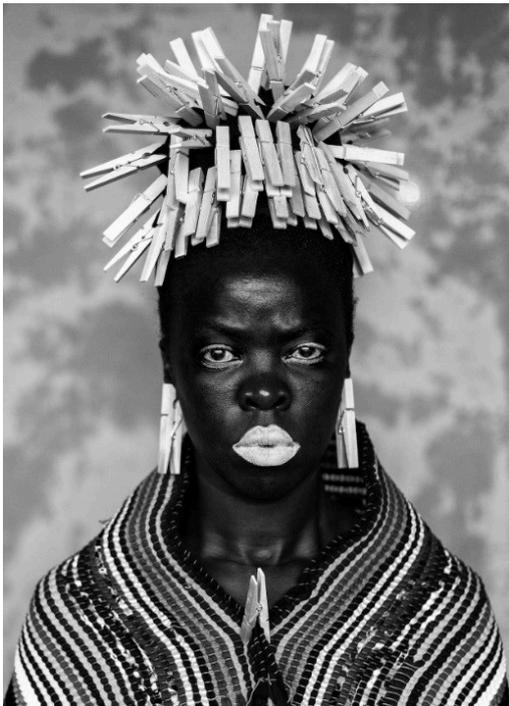


Imagem: Zanele Muholi, Bester I, Mayotte, 2015; from Zanele Muholi: Somnyama Ngonyama, Hail the Dark Lioness (Aperture, 2018) © Zanele Muholi, courtesy of Stevenson Gallery, Cape Town/Johannesburg, and Yancey Richardson Gallery, New York

Exposição Zanele Muholi: Beleza valente de 22/2 a 21/6/2025

O Instituto Moreira Salles de São Paulo está com a exposição de Zanele Muholi: Beleza valente de 22/2 a 21/6/2025. Trata-se de uma retrospectiva de Zanele Muholi, um dos nomes mais aclamados da fotografia contemporânea. Desde o início dos anos 2000, Muholi, que se define como ativista visual, documenta a vida da comunidade negra LGBTQIAPN+ na África do Sul e no mundo. De acordo com o IMS, a exposição reúne suas principais séries fotográficas, especialmente Faces and Phases (extenso mapeamento de pessoas lésbicas, bissexuais, não binárias e transmasculinas feito desde 2006, hoje com centenas de fotos), Somnyama Ngomyama (autorretratos que tratam de temas como racismo, trabalho, eurocentrismo e sexualidade), Brave Beauties e trabalhos inéditos produzidos no Brasil.

Zanele Muholi (Umlazi, África do Sul, 1972) é artista e ativista visual. Publicou, entre outros, os livros Faces and Phases (2014) e Somnyama Ngonyama, v. 1 e 2 (2018/2024). Fundou Inkanyiso, um portal de mídia visual queer. Participou da Documenta 13 (2012), em Kassel, da 55ª Bienal de Veneza (2013) e da 29ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo

Saiba mais

Portal de Filmes “Curta na escola” e AMAPÔ



Imagem: Karla Bessa.

Estamos no mês da diversidade de gênero e sexualidade, momento de luta por respeito e dignidade da população LGBTQIA+. Nossa dica caleidoscópica é dupla: 1) o portal de filmes Curta na Escola- trata-se de um portal com curadoria de filmes que podem ser trabalhados pedagogicamente em várias disciplinas, com indicação de faixa etária e sugestão de temáticas e áreas de conhecimento. O uso é simples, basta fazer o cadastro. É uma plataforma gratuita e voltada para propor o conhecimento da filmografia curta nacional. 2) O filme indicado neste mês é dirigido por Kiko Goifman, produzido em 2008, intitulado AMAPÔ. É não recomendado para menores de 12 anos e traz uma escuta sensível a depoimentos de vida de uma pessoa que fala de sua infância e sua jornada atual na tentativa de entender e se fazer ser respeitada em suas diferenças. O filme fala em direitos humanos, e nas violências que várias pessoas sofrem desde a infância e na vida adulta, violências essas hoje criminalizadas como homofobia e transfobia. A educação antirracista para a convivência e respeito e a luta contra as violências de gênero e sexualidade é uma das frentes fundamentais de atuação do INCT-Caleidoscópio.

[Subscribe](#)

[Past Issues](#)

[Translate](#) ▼

[Caleidoscópio](#)



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Nosso endereço de correspondência é:

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília-DF | CEP 70910-900

Quer mudar como você recebe esses e-mails?

Você pode [atualizar suas preferências](#) ou [cancelar a assinatura](#)